

Universidade do Porto
Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação

**DELINQUÊNCIA JUVENIL, FAMÍLIA E INTERNAMENTO: AS PERCEÇÕES DE
JOVENS A CUMPRIR MEDIDA TUTELAR EM CENTRO EDUCATIVO**

Andreia Isabel Costa Nunes

Outubro, 2014

Dissertação apresentada no Mestrado Integrado em
Psicologia na Faculdade de Psicologia e de Ciências da
Educação da Universidade do Porto, orientada pelo
Professor Doutor *Jorge Negreiros* (F.P.C.E.U.P.).

Universidade do Porto
Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação

**DELINQUÊNCIA JUVENIL, FAMÍLIA E INTERNAMENTO: AS PERCEÇÕES DE
JOVENS A CUMPRIR MEDIDA TUTELAR EM CENTRO EDUCATIVO**

Andreia Isabel Costa Nunes

Outubro, 2014

Andreia Isabel Costa Nunes
Presidente: Doutora Luísa Faria
Arguente: Doutora Marta Pinto
Orientador: Doutor Jorge Negreiros
Classificação: 16 valores

Dissertação apresentada no Mestrado Integrado em
Psicologia na Faculdade de Psicologia e de Ciências da
Educação da Universidade do Porto, orientada pelo
Professor Doutor **Jorge Negreiros** (F.P.C.E.U.P.).

AVISOS LEGAIS

O conteúdo desta dissertação reflete as perspectivas, o trabalho e as interpretações do autor no momento da sua entrega. Esta dissertação pode conter incorreções, tanto conceptuais como metodológicas, que podem ter sido identificadas em momento posterior ao da sua entrega. Por conseguinte, qualquer utilização dos seus conteúdos deve ser exercida com cautela.

Ao entregar esta dissertação, o autor declara que a mesma é resultante do seu próprio trabalho, contém contributos originais e são reconhecidas todas as fontes utilizadas, encontrando-se tais fontes devidamente citadas no corpo do texto e identificadas na secção de referências. O autor declara, ainda, que não divulga na presente dissertação quaisquer conteúdos cuja reprodução esteja vedada por direitos de autor ou de propriedade industrial.

Dedicatória

*“Aqueles que passam por nós, não vão sós, não nos deixam sós.
Deixam um pouco de si, levam um pouco de nós.”
- Antoine de Saint-Exupéry*

Dedicado à memória das minhas avós:

À avó Conceição, mais do que avó foi e sempre será a minha segunda mãe;

À avó Irene, exemplo de resistência das adversidades da vida e de amor incondicional.

Agradecimentos

Para começar gostaria de agradecer ao meu *orientador*, o Professor Doutor Jorge Negreiros pela disponibilidade em ouvir as minhas ideias e a dar-lhes a atenção necessária para que se tornassem exequíveis. Agradeço o apoio e orientação prestada ao longo deste percurso.

Aos meus Pais: À minha *mãe*, o meu grande apoio, com quem partilhei as minhas preocupações e as minhas alegrias. Ao meu *pai* que me incentivou a estudar o que realmente gosto e a perseguir os meus sonhos, mesmo que estes pareçam difíceis de alcançar. A ambos agradeço o esforço em me proporcionar a oportunidade de continuar a estudar, apesar das dificuldades que se depararam no nosso caminho. Espero recompensar o vosso esforço daqui para a frente.

Ao meu *Irmão Miguel* que sempre esteve do meu lado nos bons e maus momentos.

À *Ana*, irmã de pai e mãe diferentes, a melhor amiga com que a vida me podia ter presenteado.

À *Marina*, grande amiga com quem percorro os caminhos nesta vida desde os anos complicados da adolescência.

À *Patrícia*, a primeira grande amiga que fiz na faculdade e companheira de todos os momentos.

À *Daniela*, à *Mimi* e à *Rute*, colegas de curso e amigas que pretendo manter para a vida.

Ao *Centro Educativo de Santo António*, ao seu Diretor, o Dr. António Viana, às suas Coordenadoras, a Dr.^a Emília Moreira e a Dr.^a Isabel Ferreira, aos seus técnicos, a Dra. Paula Teixeira e o Dr. Eduardo Garrido, e às suas administrativas, a D^a Anabela e a D^a Lúgia por todo o apoio e partilha de acontecimentos que foi uma preciosa ajuda na realização deste trabalho.

Aos *Jovens*, os “meus miúdos”, pela disponibilidade e compreensão. Que a vida vos sorria e seja melhor daqui para a frente.

Obrigada a todos!

Resumo

A importância da família nas representações sociais sobre a delinquência juvenil tem sido sublinhada por diversas investigações, que apontam falhas na socialização do jovem envolvido em comportamentos antissociais e delinquentes. A família, dado o seu papel fundamental no desenvolvimento da criança e do adolescente, é vista como um fator de risco a ter em conta não só na intervenção com o jovem delinquente, bem como na prevenção destes comportamentos. Tal é ainda mais relevante quando é percecionado, pela sociedade em geral, um aumento da violência e das formas de comportamento antissocial, principalmente associado aos mais jovens. Neste sentido, o presente estudo procura compreender, através da perceção dos jovens que estão a cumprir uma medida tutelar educativa de internamento em centro educativo, quais as características da organização, funcionamento e dinâmicas familiares, bem como o papel que a família desempenhou na prática criminal dos jovens e ao longo do cumprimento da medida de internamento.

Os participantes foram 12 jovens do sexo masculino a cumprir medida tutelar de internamento num centro educativo português, há pelo menos 6 meses, com idades compreendidas entre os 15 e os 19 anos de idade. Foi utilizada uma entrevista semiestruturada, construída com base na revisão da literatura efetuada, e, de forma a enquadrar os percursos dos jovens, ainda que de forma breve, procedeu-se à recolha de alguns dados dos seus processos individuais.

Através da análise de conteúdo efetuada do discurso dos jovens foi possível perceber a existência de interligação das diversas categorias analisadas e que permitiram compreender os quadros de vida familiares destes. De uma forma geral, os discursos dos jovens reproduzem o discurso científico em torno dos fatores de risco para o comportamento delinquente (e.g., Farrington, 2008), muitos sendo comuns em vários participantes: as condições socioeconómicas desfavorecidas, as dificuldades relacionais com um dos progenitores, as pobres práticas parentais, a criminalidade familiar, nomeadamente dos pais e irmãos, e a existência de problemas familiares relacionados com o consumo de substâncias (i.e., drogas e álcool). Podemos afirmar que os significados emergentes dos discursos dos jovens acabaram por se revelar próximos das expectativas inicialmente formuladas e que vão de encontro ao que a revisão da literatura nos diz acerca desta temática.

Palavras-chave: Delinquência Juvenil, Família, Sistema de Justiça de Menores, Centro Educativo

Abstract

The importance of the family in the social representations of juvenile delinquency has been highlighted by several investigations that indicate failures in socialization of young people involved in antisocial and delinquent behavior. The family, given their key-role in the development of children and adolescents, is seen as a risk factor to take into account not only the intervention with young offenders as well as in preventing these behaviors. This is even more relevant when it is perceived, by society in general, an increase in violence and forms of antisocial behavior, mainly associated with the youngest. In this sense, this study seeks to understand, through the perception of young people who are in judicial custody in a juvenile detention center, what are the features of the organization, functioning and family dynamics, as well as the role the family played in criminal practice of these youngsters and over time in judicial custody.

The participants were twelve 15 to 19 years old young males in judicial custody in a portuguese juvenile detention center for at least six months. It was used a semi-structured interview, based on literature overview and, in order to frame the pathways of these youngsters, even if briefly, we proceeded to collect some data of their individual processes.

Through content analysis conducted of the speech of the youngsters was possible to perceive the existence of interconnection of the various categories analyzed which allowed us to understand their families lives. In general, the speeches of the youngsters reproduce the scientific speech around the risk factors for the delinquent behavior (e.g., Farrington, 2008), many being common in various participants: less favored socioeconomic conditions, relational difficulties with one of the parents, poor parenting practices, family crime, including parents and siblings, and the existence of family problems related to substance use (i.e., drugs and alcohol). We can say that the emerging meanings of discourses of the youngsters turned out to be close to the initially formulated expectations and that is similar to what the literature tells us about this issue.

Key-words: Juvenile Delinquency, Family, Juvenile Justice System, Juvenile Detention Center

Resumé

L'importance de la famille dans les représentations sociales sur la délinquance juvénile a été mise en évidence par plusieurs études qui indiquent des défaillances dans la socialisation des jeunes impliqués dans des comportements antisociaux et délinquants. La famille, étant donné son rôle clé dans le développement des enfants et des adolescents, est considérée comme un facteur de risque à prendre en compte non seulement l'intervention auprès des jeunes contrevenants ainsi que dans la prévention de ces comportements. Cela est d'autant plus pertinent quand il est perçu par la société en général, une augmentation de la violence et des formes de comportement antisocial, principalement associée à la plus jeune. En ce sens, la présente étude cherche à comprendre, à travers la perception des jeunes institutionnalisés en centre de détention juvénile, qui comprend l'organisation, le fonctionnement et la dynamique familiale, ainsi que le rôle de la famille à joué dans la pratique criminelle jeunes et sur l'application de la mesure d'internement.

Les participants étaient 12 jeunes institutionnalisés dans centre de détention juvénile, au moins six mois, âgés entre 15 et 19 ans. Nous avons utilisé une entrevue semi-structurée construite après l'étude de la littérature scientifique, et, afin d'encadrer les cheminements des jeunes, quoique brièvement, a procédé à la collecte certaines données de leurs des processus individuels.

Grâce à l'analyse de contenu effectuée la parole des jeunes été possible de percevoir l'existence d'interconnexion de les différentes catégories analysées qui a permis de comprendre les cadres de la vie familiale de ces. En général, les discours de la jeune reproduisent le débat scientifique d' l' autour des facteurs de risque de délinquance (e.g., Farrington, 2008), et sont communs dans de nombreux différents participants: les conditions socio-économiques défavorisés, les difficultés relationnelles avec l'un des parents, les mauvaises pratiques parentales, le crime de la famille, y compris les parents et les frères et sœurs, et l'existence de problèmes familiaux liés à la consommation de substances (i.e., les drogues et l'alcool). Nous pouvons dire que les significations émergentes des discours des jeunes s'est avéré être à proximité de la formulée initialement et les attentes qui vont à l'encontre ce que la littérature nous dit de cette question.

Most-Clés: Délinquance Juvénile, Famille, Système de justice pour mineurs, Centre de Détention Juvénile

Índice

Introdução	1
Enquadramento Teórico	2
1. Definição de Delinquência Juvenil	2
2. Influências familiares no comportamento desviante	5
2.1. Condições Estruturais Familiares	6
2.2. Processos Sociais Familiares	7
3. O Sistema de Justiça de Menores em Portugal: a Lei Tutelar Educativa.....	13
3.1. A Evolução do Sistema de Justiça de Menores em Portugal	13
3.2. O Internamento em Centro Educativo	14
3.3. O Papel da Família na LTE.....	15
Estudo Empírico	17
1. Metodologia de Investigação.....	17
1.1. Objeto e Objetivos	17
1.2. Participantes	17
1.3. Instrumento: a entrevista semiestruturada	18
1.4. Procedimento	19
2. Apresentação de resultados	20
3. Discussão e Conclusões	38
Referências Bibliográficas	44
Anexos	51
Anexo 1: Instrumentos de recolha de dados.....	52
Anexo 2: Tabela com categorias e subcategorias.....	55
Anexo 3: Termo de consentimento informado	60

Índice de Abreviaturas

CAFCE - Comissão de Acompanhamento e Fiscalização dos Centros Educativos

CE – Centro Educativo

CPCJ – Comissão de Proteção de Crianças e Jovens

LPCJP – Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo

LTE – Lei Tutelar Educativa

MPP – Medida de Promoção e Proteção

MTE – Medida Tutelar Educativa

Introdução

A atividade antissocial e delinquente tem suscitado ao longo dos anos um interesse crescente em várias áreas científicas devido ao crescimento da violência e das formas de comportamento antissocial nas sociedades atuais, ou, pelo menos, do sentimento de insegurança suscitado por este. Tem sido sublinhada a importância da necessidade de uma abordagem sistémica da delinquência juvenil com base no conhecimento fundamentado dos fatores de risco e de proteção associados aos diferentes contextos em que o jovem se desenvolve (e.g., Farrington, 2008). A família, apesar de todas as mudanças a que tem sido sujeita na sua estrutura, papel e funções ao longo do tempo, continua a desempenhar um papel fundamental no desenvolvimento da criança e do adolescente e a sua integração na sociedade. Esta constitui, assim, um espaço crucial de intervenção junto da criança e do adolescente que pode controlar e prevenir a delinquência.

A revisão da literatura existente acerca da relação entre família e delinquência permite perceber que esta é uma temática suscetível de ser mais explorada, especialmente em Portugal, em que os estudos se centram essencialmente no adolescente não-delinquente (e.g., Ducharme, Cruz, Marinho, & Grande, 2006; Cruz et al, 2011). Torna-se, por isso, importante conhecer as perceções dos membros familiares, nomeadamente do jovem que se envolveu em comportamentos antissociais e delinquentes, relativas ao funcionamento familiar e à delinquência de modo a compreender-se o papel dos processos familiares na iniciação e manutenção destes comportamentos (Krohn, Stern, Thornberry, & Jang, 1992).

Neste sentido, a presente investigação pretende produzir conhecimento acerca da perceção dos jovens internados em centro educativo por medidas tutelares educativas, no que se refere a vários aspetos relacionados com a família, nomeadamente a relação desta com a prática criminal e o internamento.

Assim, começar-se-á por fazer um enquadramento teórico dos temas em estudo, nomeadamente o que a investigação nesta temática tem revelado. De seguida é apresentado o estudo empírico, desde a metodologia de investigação, que abrange o objetos, os objetivos, os participantes, o instrumento e o procedimento, passando pela apresentação dos resultados, e pela discussão e conclusões dos mesmos.

Enquadramento Teórico

1. Conceito de “Delinquência Juvenil”

Ao longo dos séculos foram várias as expressões utilizadas no discurso popular para designar o comportamento dos jovens considerados mais rebeldes e perigosos: crianças e adolescentes problemáticos, incorrigíveis, vagabundos, desordeiros, indivíduos de mau carácter, alienados ou loucos (Fonseca & Queiroz, 2008). Na comunidade científica, uma multiplicidade de designações, tais como crime, delinquência ou perturbação do comportamento, têm sido atribuídas para definir os comportamentos antissociais (Negreiros, 2001). A construção social da *infância* e da *juventude* condicionou o surgimento representacional do conceito *delinquência juvenil*, vista como algo que se desvia do tipo ideal de criança protegida e submissa à autoridade (Santos et al, 2010). A discussão neste tema cruza os olhares de várias disciplinas, nomeadamente da sociologia, da psicologia e do direito, tornando este um conceito complexo de definir.

Na sua definição legal, a delinquência juvenil será definida como a prática de atos proibidos pela lei de uma determinada sociedade, por parte de crianças e jovens (Duarte, 2011). Os comportamentos que são considerados delinquentes incluem delitos que são crime, se cometidos por um adulto, bem como uma variedade de comportamentos que são ilegais devido à idade do jovem (Negreiros, 2001). Na definição jurídico-legal está incluída o conjunto de respostas e de intervenções institucionais e legais em relação aos menores que cometem infrações criminais ou com comportamentos potencialmente delinquentes (Ferreira, 1997).

Segundo os Relatórios Anuais de Segurança Interna (RASI) a delinquência juvenil em Portugal tem vindo a diminuir desde 2002, apesar de algumas oscilações positivas (Duarte, 2011). Não se pode, contudo, deixar de ter em conta que muitos dos comportamentos antissociais nos jovens não são alvo de condenações nem muitas vezes chegam a ir a tribunal, o que contribui para a ausência de dados rigorosos sobre a sua frequência. Deste modo, a delinquência oficial não corresponde à delinquência real (Machado, 2004). Apesar desta aparente diminuição, a comunicação social tem vindo a contribuir para um certo pânico moral em torno da criminalidade juvenil urbana (Santos et al, 2004; Santos et al, 2010), o que contribui para a manutenção do sentimento de insegurança. Este é definido como um conjunto de manifestações de inquietação, de

perturbação ou de medo, quer individuais, quer coletivas, cristalizadas sobre o crime (Lourenço, 2010). Exemplo disso é o recente alarme social criado em torno dos “gunas da Areosa”, no Porto, ou dos “meets” de jovens, em Lisboa.

A noção de *comportamento antissocial* revela-se um conceito mais abrangente, referindo-se a uma vasta gama de atividades como atos agressivos, furto, vandalismo, fugas ou outros comportamentos que traduzem, de um modo geral, uma violação de normas ou de expectativas socialmente estabelecidas (Negreiros, 2001). Esta conceção sociológica da delinquência entende que nem todo o indivíduo que comete um ato delinquente é, aos olhos da lei, um delinquente (Born, 2005), sendo identificados comportamentos considerados normativos nos anos de descoberta da adolescência (e.g., faltar às aulas, beber bebidas alcoólicas, lançar falsos alarmes, fugir de casa) (Sampaio, 2010). Do mesmo modo, o envolvimento em comportamentos antissociais, apesar de ser um pré-requisito para manifestações posteriores destes comportamentos, não pressupõe o envolvimento a longo prazo na esfera da delinquência e do crime (Robins, 1978, cit. in Thornberry e Krohn, 2004).

Para Ferreira (1997), a delinquência juvenil pode ser entendida em mais do que um nível: se por um lado é definida a partir das leis, das práticas e das crenças dos responsáveis sociais e legais pelo controlo e tratamento do comportamento delinquente e de outros problemas juvenis relativas ao comportamento destes, por outro lado, a delinquência juvenil é também um comportamento: “o comportamento que os jovens estabelecem com a família, os amigos e outros adultos nos espaços onde a delinquência emerge” (p. 916).

O comportamento delinquente resulta de uma rede de fatores e é expressão duma constelação de problemas, pelo que não pode haver um foco apenas no indivíduo que põe em prática esse tipo de comportamento (Carrilho, 2000). As investigações da delinquência juvenil apoiam a ideia segundo a qual não há uma causa que, sozinha, seja responsável por todo o tipo de delinquência, como também não existe uma trajetória que, sozinha, leve o indivíduo para uma vida de crime (Loeber & Farrington, 1998). Uma vez que a delinquência pode ser considerada uma problemática onde se entrecruzam os níveis individual e social do fenómeno, este não poderá ser reduzido “a modelos de causalidade potencialmente passíveis de generalização, como se se pudesse falar de causas únicas e globais, ignorando-se a complexidade da vida social” (Carvalho, 2005, p.73). Neste sentido, estudos recentes (Wyrick & Howell, 2006, cit. in Manso e Almeida, 2009) concluem pela necessidade de uma abordagem sistémica da delinquência juvenil baseada num conhecimento fundamentado dos fatores de risco e de proteção associados aos diferentes contextos em que os jovens se movem (família, escola, grupo de pares, meio comunitário).

Os fatores de risco são definidos como “as características e variáveis que, quando presentes num determinado indivíduo, aumentam a probabilidade desse indivíduo, mais do que outro da população em geral, em desenvolver uma desordem comportamental” (Mrazek & Haggerty, 1994, p.127, cit. in Shader, 2004). Os autores que estudam os fatores de risco concordam que, quanto maiores forem os riscos a que o jovem esteja exposto, maiores são as probabilidades de exercerem consequências negativas (Appleyard et al., 2005, cit. in Coleman & Hagell, 2007). Apesar de nem todas as crianças antissociais se tornarem adolescentes antissociais ou delinquentes, muito poucos adolescentes delinquentes não foram antissociais enquanto crianças (Snyder & Patterson, 1987).

Farrington (2008) identificou os tipos de fatores de risco mais importantes para a delinquência: os fatores *individuais*, como a elevada impulsividade e a baixa inteligência; os fatores *familiares*, como a fraca supervisão parental e a disciplina severa ou inconsistente; os fatores do *grupo de pares*, como a pertença a grupos de delinquentes; os fatores *escolares*, como a frequência de escolas com elevada incidência de casos de delinquência; os fatores *socioeconômicos*, como os baixos rendimentos familiares e condições habitacionais precárias; e os fatores *comunitários*, como viver em bairros com elevada ocorrência de crimes. Segundo o autor, estes fatores de risco tendem a ser idênticos para diversos tipos de comportamento desviante, designadamente delinquência, violência, consumo de drogas, maus resultados escolares e desemprego.

A avaliação dos fatores de risco determinam o tipo de intervenção que os jovens necessitam de modo a diminuir o risco de encetar comportamentos delinquentes (Shader, 2004). Entre estes fatores, as relações familiares surgem como um dos tradicionalmente considerados como potencialmente mais significativos (Machado, 2004), ocupando um lugar de destaque em diversos estudos. Tal como refere Born (2005): “*A família está necessariamente implicada na compreensão da delinquência enquanto cadinho onde esta delinquência nasceu ou enquanto lugar de interações relacionadas com condutas delinquentes de um ou de vários dos seus membros*” (p.74). É sobre as influências familiares no comportamento delincente que nos debruçaremos de seguida.

2. Influências Familiares no Comportamento Delinquente

A família e o seu papel no processo de socialização da criança e do adolescente ocupou, desde os anos 40, um extenso lugar na literatura científica sobre o desenvolvimento e perturbações do comportamento na infância e adolescência (Chitas, 2010). Esta é definida por Sampaio e Gameiro (1985) como “um sistema, um conjunto de elementos ligados por um conjunto de relações em contínua relação com o exterior, que mantém o seu equilíbrio ao longo de um processo de desenvolvimento, percorrido através de estádios de evolução diversificados” (pp.11-12). É neste contexto cultural de primeiro plano que o adolescente pode adquirir e interiorizar as orientações e as definições no sentido da conformidade (Ferreira, 1997). É nela que, desde cedo, a criança aprende a diferenciar o comportamento aceitável do inaceitável e a respeitar os direitos e a propriedade do outro; é igualmente nela que aprende a ser agressivo, antissocial e a ter comportamentos violentos (Carrilho, 2000).

Quando se procura pôr em evidência uma relação entre a família e a delinquência é necessário prudência pois, qualquer que seja o tipo de família considerado, é raro que todas as crianças se tornem delinquentes (Born, 2005). Deste modo, citar em termos globais as relações familiares não é muito esclarecedor uma vez que deixa por explicar todas as exceções e idiosincrasias (i.e., jovens de famílias de elevado risco que não se envolvem em problemas de comportamento e jovens de famílias sem problemas que se envolvem em graves problemas de comportamento), (Machado, 2004).

A dinâmica familiar que rodeia a criança no seu desenvolvimento pode ser um fator que previne ou favorece o comportamento delinquente. A importância do papel da família no desenvolvimento da delinquência foi realçada por vários autores (e.g., Bandura & Walters, 1976), tendo sido apresentada como um dos fatores de risco mais influentes no comportamento delinquente.

A investigação sobre a relação entre a família e a delinquência sofreu transformações ao longo do tempo. Os primeiros estudos debruçaram-se sobre variáveis estruturais, como a ausência do pai, vindo depois a aprofundar outras áreas, como o estilo de interação familiar e a atmosfera emocional familiar como indicadores do papel da família no desenvolvimento da delinquência (Carrilho, 2000). Uma longa história de investigações mostrou que as condições estruturais familiares (e.g. pobreza, famílias numerosas, e mobilidade residencial) e os processos sociais familiares (e.g. pobre supervisão, disciplina errática/hostil, e vinculação parental fraca) são preditores fortes da delinquência adolescente (Glueck & Glueck, 1950; Sampson & Laub, 1993, 2005).

2.1. Condições Estruturais Familiares

Um dos aspetos com uma história mais longa e antiga na investigação da relação família-delinquência são as variáveis estruturais (e.g., Glueck & Glueck, 1950). Os estudos que têm incidido na estrutura familiar têm concetualizado esta variável através de uma dicotomia simples em que as famílias são categorizadas como estando “desfeitas” ou “intactas”. Uma família desfeita é aquela em que um dos pais biológicos está ausente, enquanto uma família intacta consiste na residência de ambos os pais biológicos na mesma residência que os seus filhos (Heck & Walsh, 2000; Rebellon, 2002, cit. in Spohn & Kurtz, 2011). O conceito de “família desfeita” tem sido colocado em causa, pois nem todas as famílias monoparentais passam pelo processo de dissolução familiar, sendo por isso utilizado em diversos estudos o termo “família não intacta” (e.g., Spohn & Kurtz, 2011; Vanassche, Sodermans, Matthijs, & Swicegood, 2014).

No caso das famílias que passam por dissoluções ou alterações na sua estrutura, estas perdem a capacidade de supervisionar e controlar os comportamentos dos filhos, aumentando a probabilidade da delinquência (Ferreira, 1997). Wells e Rankin (1991), numa meta-análise expansiva acerca da relação entre as famílias não intactas e a delinquência, encontraram que os filhos de famílias desfeitas pelo divórcio ou separação tinham mais probabilidade de se envolverem em comportamentos delinquentes quando comparados com os filhos de outros tipos de famílias não intactas (e.g., famílias monoparentais que não passaram por estes processos). Resultados semelhantes têm sido encontrados em estudos mais recentes: os comportamentos delinquentes estão mais presentes em rapazes provenientes de famílias monoparentais, bem como a maior probabilidade de consumo de álcool em idades legalmente proibidas (Vanassche et al., 2014). A ausência do pai tem sido analisada como um potencial fator de risco para a delinquência juvenil nos rapazes, mais do que a figura materna. Glueck e Glueck (1950) chamaram a atenção para a importância do processo de identificação do rapaz em crescimento com o seu pai no desenvolvimento da personalidade e do carácter. Este processo parece comprometido nos rapazes delinquentes que parecem demonstrar maior hostilidade pela figura paterna do que os rapazes não delinquentes. Price e Kunz (2003) chamaram a atenção para os variados fatores que têm de ser tidos em conta na relação entre o divórcio e a delinquência, nos quais se inclui o nível de hostilidade anterior ao divórcio, a relação pais-filhos, a estabilidade familiar geral, e a capacidade dos pais em monitorizar e disciplinar os filhos.

O tamanho da família também tem sido relacionado com a delinquência juvenil. Algumas investigações mostraram que as crianças de famílias com quatro ou mais filhos têm

uma probabilidade aumentada de cometer atos delinquentes (Wasserman & Seracini, 2001; West & Farrington, 1973, cit. in Shader, 2004). A estas famílias têm sido associadas tipicamente a um conjunto de condições familiares indesejáveis envolvendo pobres modelos parentais (e.g., criminalidade parental), pobres práticas educativas (e.g., disciplina inadequada) e dificuldades acrescidas a nível habitacional e económica, bem como de interação familiar (Fischer, 1984; Glueck & Glueck, 1950)

A pertença socioeconómica da família também tem sido alvo de atenção dos investigadores na explicação do comportamento delincente. Para os jovens que nascem numa família com alta vulnerabilidade de posição social, os pais oferecem um meio pouco estruturante em termos de socialização, sendo esta ao mesmo tempo uma teoria interacionista (é-se vulnerável a alguma coisa) e uma teoria estrutural (a vulnerabilidade depende da posição dos sujeitos na estrutura social) (Born, 2005).

2.2.Processos Sociais Familiares

Todas as abordagens atuais da delinquência são multifatoriais e recorrem à interação de várias variáveis familiares (Born, 2005). É necessário ter em conta não só as variáveis estruturais ou funcionais, ou uma acumulação de fatores de risco, que podem ter influência na delinquência, mas também nas configurações particulares destas variáveis e na dinâmica relacional que daí decorre e por vezes as gera. As investigações mostram o papel que as práticas parentais educativas, a afetividade familiar e a criminalidade familiar têm no comportamento adolescente, nomeadamente o antissocial e delincente (e.g., Gottfredson & Hirschi, 1990; Hirschi, 1969; Sampson & Laub, 1993).

A afetividade familiar, nomeadamente a vinculação entre pais e filhos tem sido consistentemente associada ao comportamento dos jovens em idades adolescentes. A teoria da vinculação considera que pais e filhos, como um sistema mutuamente regulado, trabalham conjuntamente para manter a relação numa maneira consistente com as representações cognitivas derivadas da sua história com outros significativos (Bowlby, 1969/1982). A presença dos pais junto dos filhos é tão ou mais importante nesta etapa do que na infância, uma vez que “o seu papel agora é o de estar atentos, de mobilizar sem dirigir, de apoiar nos fracassos e incentivar nos êxitos, em suma, estar com eles e respeitar cada vez mais a sua individualização” (Sampaio, 1994, p.42, cit. in Relvas, 1996). Apesar da vinculação na adolescência ser distinta da infância, tanto a nível comportamental como a nível cognitivo, as funções das relações de vinculação para os adolescentes são semelhantes às das crianças mais jovens (Laursen & Collins, 2009). Os pais servem de base segura em ambas as fases

de desenvolvimento, sendo a segurança proporcionada ao adolescente direcionada a explorações exteriores à família, incluindo a formação de novas relações. Os efeitos da vinculação no desenvolvimento de problemas de comportamento não teria um efeito direto, defendendo-se, em vez disso, que a vinculação insegura constitui um fator de risco e que a acumulação de fatores de risco potencia a manifestação de problemas de comportamento, nomeadamente as condutas antissociais (Greenberg et al., 1997; Loeber & Coie, 2001; Moffitt & Caspi, 2000, cit. in Machado, 2004).

Os teóricos defendem que os jovens com fortes vinculações aos seus pais, caracterizadas pelo apoio e envolvimento, têm menos probabilidade de se envolver em atividades delinquentes (Hirschi, 1969; Parker & Benson, 2004, cit. in Gault-Sherman, 2012). A explicação reside no receio dos jovens em danificar estas relações importantes. Contudo, quando este apoio e envolvimento está comprometido, poderá criar um terreno fértil para o jovem encetar comportamentos delinquentes. Se a vinculação entre os pais e o adolescente for disruptiva durante a infância, isso irá trazer consequências negativas a longo-prazo, tais como a incapacidade de mostrar afeto ou preocupação com os outros, constituindo um risco para a delinquência (Ainsworth, 1989; Bowlby, 1944, 1973 cit. in Hoeve et al., 2012; Hirschi, 1969; Loeber e Stouthamer-Loeber, 1986). Neste sentido a perceção da vinculação nos jovens delinquentes pode estar negativamente comprometida, devido à enorme possibilidade de terem havido relações inseguras e de falta de proteção, que constituíram um risco para o atual comportamento. Numa meta-análise da relação vinculação-delinquência, Hoeve et al. (2012) encontraram uma perceção de menor laço afetivo com os pais em jovens envolvidos em comportamentos delinquentes.

As práticas educativas ressaltam como a característica familiar essencial mais solidamente ligada à delinquência (Glueck e Glueck, 1950; Gottfredson e Hirschi, 1990). É a atitude parental que, ao proporcionar à criança um quadro educativo coerente, protegerá melhor simultaneamente de uma delinquência ocasional e de uma delinquência de carreira (Born, 2005). De acordo com Gottfredson e Hirschi (1990), as práticas parentais instrumentais tais como a supervisão e a monitorização da criança tem um efeito indireto na delinquência, através da formação de controlos internos (i.e., de autocontrolo) que ajuda a criança a regular o seu próprio comportamento mesmo na ausência de supervisão parental direta.

No controlo que os pais exercem sobre os filhos, nomeadamente na imposição de regras e disciplina, a investigação tem demonstrado que as famílias de jovens delinquentes são menos restritivas quando comparadas com famílias de jovens não delinquentes (Bandura

& Walters, 1959; Glueck & Glueck, 1950; McCord et al., 1961 *cit. in* Baumrind, 1966). Snyder e Patterson (1987) argumentaram que as práticas de disciplina pobres e erráticas têm efeito no desenvolvimento da delinquência de duas formas: de forma direta, através da falha na adequada e consistente etiquetagem, seguimento e contingência do seu desempenho, e através da modelagem e reforço de modos de resolução de problemas e relacionamentos agressivos; e de forma indireta, ao aumentar a probabilidade de rejeição por pares normativos e associação com pares agressivos e antissociais. Deste modo, os pais têm a capacidade de influenciarem com quem os seus filhos se relacionam e, através de monitorização e disciplina efetiva, o acesso a pares desviantes é afetada (Simons et al., 1991, *cit. in* Carlson, 2012).

A monitorização refere-se à consciência e conhecimento parental dos pares, das atividades de tempos livres e da localização fora de casa dos seus filhos, sendo um aspeto essencial no controlo do comportamento (Snyder & Patterson, 1987). Em geral, uma monitorização cuidadosa e disciplina apropriada exercida pelos pais tendem a limitar a delinquência e uso de droga, e, quando inadequado, facilita o envolvimento dos jovens nas práticas delinquentes (Buehler, 2006; Hirschi, 1969). Estudos revelam que os pais de delinquentes são menos prováveis de monitorizar e supervisionar as atividades dos seus filhos do que os pais de não delinquentes (Hirschi, 1969; Krohn & Massey, 1980; McCord, 1990; Park & Slaby, 1983, *cit. in* Krohn, Stern, Thornberry, & Jang, 1992). Patterson e Stouthamer-Loeber (1984) realizaram uma investigação verificando a influência da monitorização parental sobre a ocorrência e a persistência do comportamento delinvente em adolescentes. Os autores encontraram uma correlação negativa significativa entre monitorização, disciplina parental e delinquência. Os resultados mostraram que 21% dos adolescentes não delinquentes eram pobremente monitorizados pelos pais; esse índice sobe para 50% nos delinquentes moderados (uma ou duas ocorrências policiais), e para 73% nos delinquentes persistentes (três ou mais ocorrências policiais). Estes dados indicam que o fracasso dos pais em monitorizar o comportamento dos filhos está significativamente relacionado com a ocorrência e persistência do comportamento delinvente.

Os estilos educativos parentais podem ser importantes fatores de risco, uma vez que conjugam as duas dimensões do apoio e do controlo parental que se mostraram negativamente relacionadas com a delinquência. Os estilos educativos são definidos através de um “conjunto de atitudes face à criança que lhe é comunicado e cria um clima emocional no qual os comportamentos são expressos” (Darling e Steinberg, 1993, p.493, *cit. in* Cruz, 2013). Conjugam as dimensões da afetividade e do controlo comportamental, formando um

estilo de parentalidade. No estilo autorizado está presente um equilíbrio entre o apoio e o controlo, no estilo autoritário existe baixo apoio e alto controlo, no estilo permissivo existe alto apoio e baixo controlo, e no estilo negligente o apoio e o controlo são mínimos. (Baumrind, 1991, Maccoby e Martin, 1983, cit. in Cruz, 2013).

Apesar existirem poucos estudos que se foquem na relação entre estilo parental negligente e delinquência, os estudos que mediram a negligência parental unidimensionalmente encontraram relações entre a negligência e a delinquência (Hoeve et al., 2009). O estilo negligente revelou-se uma das condições da educação dos filhos que mais dispõe para o crime, produzindo condutas marginais (Baumrind, 1991; Maccoby & Martin, 1983; Steinberg et al., 1994, cit. in Born, 2005) e maior probabilidade de serem presos por crimes de drogas e álcool (Chen, Propp, deLara, & Corvo, 2011). Uma parte dos jovens provenientes de famílias negligentes são atraídos para o que é socialmente inaceitável ou ilegal (Stevenson, 2007). Tal vai de encontro ao paradigma da negligência formulado por Loeber & Stouthamer-Loeber (1986), em que a delinquência é resultado de uma falta de implicação e de incompetência de vigilância por parte dos pais. Por sua vez, a ausência de controlo, mesmo quando acompanhada de afetividade - o estilo educativo permissivo - resulta numa escalada de comportamentos, nomeadamente de rejeição parental e de carácter antissocial, que escapam totalmente ao controlo dos pais (Kandel & Lesser, 1972, cit. in Relvas, 1996).

As práticas educativas coercivas também demonstram ter relação com o comportamento delincente. Estudos demonstram que altos níveis de controlo autoritário e de punição dura estão relacionados com altos níveis de delinquência e comportamento antissocial, apesar dos tamanhos dos efeitos variarem substancialmente entre estudos (Farrington, 1989; Farrington, et al, 2003, cit. in Loeber e Stouthamer-Loeber, 1986). Vários teóricos sugerem que estas práticas podem produzir défices socio-emocionais ou sociopsicológicos (e.g., raiva, baixo autocontrolo) que leva os jovens a cometer atos delinquentes sob algumas condições (Agnew, Rebellon, & Thaxton, 2000; Colvin, 2000; Crosswhite & Kerpelman, 2009, cit. in Brauer, 2011). Diana Baumrind (1966) defendeu que a punição só por si não seria prejudicial, dependendo do seu enquadramento no padrão de controlo comportamental. A punição aplicada por uma figura parental calorosa, sendo contingente ao comportamento da criança, para além de ser eficaz no controlo imediato do comportamento desta, pode ter efeitos laterais benéficos. Pelo contrário, a punição brutal ou arbitrária está associada a vários comportamentos indesejáveis, como a agressividade, a passividade, a dependência e a inibição social. De salientar que os estilos educativos variam

culturalmente. Em vários países ocidentais, o estilo autorizado é o mais aceitável, mas na cultura chinesa o estilo autoritário é o que produz mais efeitos positivos, sendo que os adolescentes chineses percebem a afirmação de autoridade como preocupação, carinho e envolvimento (Moore & Kang, 2011).

Patterson (1982, cit. in Born, 2005) elaborou o modelo coercivo recíproco para descrever o processo pelo qual os membros da família reforçam, sem necessariamente terem consciência disso, os comportamentos antissociais dos filhos, através de reforços negativos. Estes surgem quando os pais formulam exigências e a criança não lhes responde ou responde negativamente (palavras ou atos negativos/agressivos) sem que haja uma reação parental. Deste modo, o progenitor é coercivo sem eficácia e a criança é eficazmente coerciva.

Hoeve et al. (2009) numa meta-análise acerca da relação entre a parentalidade e a delinquência, encontrou diferenças na influência das variáveis relativas ao afeto e ao controlo parental consoante a idade dos jovens. A vinculação parece ser mais importante em idades mais jovens, dado que a ligação vinculação-delinquência foi encontrada como se tornando fraca em idades mais avançadas, enquanto o controlo parental permanece como um fator de risco da delinquência importante durante toda a adolescência, dado que a ligação controlo parental-delinquência não é moderado pela idade. Foi possível, ainda, perceber diferenças entre a parentalidade maternal e paternal, com o apoio do pai mais relacionado com a delinquência nos rapazes do que o apoio da mãe, e uma relação com delinquência mais forte quando pais e filhos têm o mesmo sexo.

A relação entre a parentalidade e delinquência não é unidirecional, podendo o comportamento dos jovens influenciar o comportamento dos pais. Estudos longitudinais mostram que os pais tendem a reagir aos problemas de comportamento do adolescente através da desistência do controlo e apoio (Huh, Tristan, Wade, & Stice, 2006; Kerr & Stattin, 2003; Stice & Barrera, 1995, cit. in Keijsers, Branje, VanderValk, & Meeus, 2010), tal podendo dever-se ao aumento dos níveis de tolerância dos pais com os comportamentos desviantes ou pelo desapontamento provocado em relação aos filhos. Neste sentido, não se deve esquecer as mudanças ocorridas durante a adolescência e que afetam as práticas educativas. À medida que os adolescentes amadurecem, uma exigência por independência aumenta, e o processo de individuação avança (Steinberg, 1990; Steinberg e Silverberg, 1986, cit. in Jang & Smith, 1997). Mesmo quando os pais continuam a estar envolvidos e vigilantes, eles perdem gradualmente a sua influência anterior nas atitudes e comportamentos dos filhos, sobrepondo-se o palco da vida adolescente, como as influências de pares e da comunidade, que se tornam mais potentes (Thornberry, 1987, cit. in Warr,

2007). Alguns pais reduzem as suas tentativas de supervisão face a estas exigências de independência, resultando num padrão de “autonomia prematura” entre os adolescentes (Dishion et al, 2000, cit. in O’Brien e Scott, 2007). Neste aspeto salienta-se o papel que a comunidade que rodeia o jovem e a sua família pode exercer sobre estes: pode haver exposição direta a atitudes e comportamentos de pares e adultos da comunidade que o rodeia, e indiretamente estas zonas podem ter impacto nos pais, como o aumento do stress e a disrupção da parentalidade (Capaldi, DeGarmo, Patterson, & Forgatch, 2002, cit. in Criss et al., 2009).

Kerr e Stattin (2000) relativizam o lugar do controlo parental na produção da conformidade social e sugerem que são as confidências espontâneas dos filhos que revelam o melhor preditor de uma adaptação social positiva. No seu estudo, nas famílias de delinquentes os adolescentes nunca tomavam a iniciativa de fornecer ao seu progenitor as informações pertinentes, algo que acontecia em famílias sem delinquentes. Ou seja, mais do que o controlo exercido pelos pais, é, segundo os autores, aquilo que os adolescentes resolvem contar aos pais que diferencia estas famílias.

Outro fator importante a ter em consideração é a criminalidade parental, considerada como um dos fatores de risco por detrás do desenvolvimento do comportamento delinvente nas crianças e adolescentes (e.g., Farrington, 1995). Se a família é a instituição de socialização, a delinquência, quando existe nos seus membros, pode ser considerada a falha da instituição na sua função de transmissão de valores sociais aos seus descendentes (Carrilho, 2000). Estudos demonstraram que a reclusão dos progenitores pode constituir um fator de risco para os problemas de comportamento, nomeadamente delinquentes, e para o uso de substâncias nos adolescentes (Midgley & Lo, 2013). O cumprimento de pena de prisão pelos pais e o subsequente afastamento dos seus filhos corta a normalidade na relação pais-filhos e pode comprometer os laços necessários ao desenvolvimento da saúde emocional dos filhos e ameaçar a vinculação. O comportamento dos jovens que cometem atos delinquentes não é desencorajado ou, pelo menos, não é gerador de conflitos com as normas e valores dos pais, dado as atitudes positivas em relação à criminalidade que estes pais exibem (Gorman-Smith, Tolan, Loeber & Henry, 1998, cit. in Nijhof, Kemp, & Engels, 2009).

3. O Sistema de Justiça de Menores em Portugal: a Lei Tutelar Educativa

3.1. A Evolução do Sistema de Justiça de Menores em Portugal

Dado que a delinquência juvenil é considerada uma manifestação de condutas que se afastam e colocam em causa a normatividade estabelecida, torna-se importante delimitar o quadro jurídico-legal e social no qual a abordagem a esta problemática se inscreve.

Desde 1911 que o sistema português é um sistema de proteção dos menores (Rodrigues, 1997), tendo sido estabelecida, nessa altura, a Lei de Proteção à Infância. Esta era destinada a crianças em perigo, maltratadas e delinquentes, e caracterizada por considerar que a aplicação de sanções aos atos considerados delituosos pela lei penal seriam determinados, em primeiro lugar, pelas necessidades educativas dos jovens. Esta lei criou os primeiros tribunais de menores – as denominadas Tutorias de Infância, aplicando medidas próprias, essencialmente distintas das que vigoravam para os adultos. No entanto, este sistema foi alvo de críticas dado que o regime de internamento em grandes internatos previsto nesta lei foi acusado de exercer efeitos nocivos na estruturação da personalidade do menor e na sua reintegração social (Rodrigues, 1997).

A revisão do sistema aconteceu em 1978 com a entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 314/78, de 27 de outubro, que instituiu a Organização Tutelar de Menores (OTM), regime jurídico que esteve em vigor até 2001. Este sistema era caracterizado pela perda de relevância da distinção entre menores delinquentes e menores em risco, traduzindo-se na falta de garantias processuais e no relegar do delito cometido para segundo plano na aplicação das medidas tutelares educativas (Duarte-Fonseca, 2006). Em 1996, Portugal tinha já iniciado um processo de reforma do sistema tutelar de menores, que ficou consignada na separação clara entre menores em perigo e os delinquentes juvenis, introduzindo uma mudança fundamental no sistema de justiça juvenil português (Negreiros, 2001). Essa mudança concretizou-se na entrada em vigor, em 2001, da *Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo* (LPCJP), sob a alçada da Segurança Social, destinada aos menores em perigo, e da *Lei Tutelar Educativa* (LTE), sob a alçada do Ministério da Justiça, destinada aos menores envolvidos em comportamentos delinquentes.

A LTE foi aprovada pela Lei n.º 166/99, de 14 de setembro, destinada aos menores com idades compreendida entre os 12 e os 16 anos que tenham praticado factos qualificados pela lei como crime, procedendo-se à aplicação de medidas tutelares educativas (MTE). As MTE aplicadas devem ser proporcionais não só à gravidade do facto, como também à necessidade de educação do jovem para o direito, tal pressupondo o conhecimento da

personalidade do jovem, incluída a sua conduta e inserção socioeconómica, educativa e familiar. A *educação para o direito* constitui, aliás, o eixo central da vertente reeducativa da LTE (Neves, 2008), cujo conceito exprime a necessidade de educação para o respeito pelos valores essenciais à vida em comunidade que a prática do facto revela. Trata-se de fazer o jovem compreender os valores essenciais da comunidade e as regras elementares de convivência social a que qualquer cidadão deve obediência (Rodrigues & Duarte-Fonseca, 2000).

A LTE prevê um amplo leque de medidas tutelares prevendo-se como medidas de carácter não institucional as seguintes: a admoestação, a privação de conduzir ciclomotores ou de obter permissão para conduzir ciclomotores, a reparação ao ofendido, a realização de prestações económicas ou de tarefas a favor da comunidade, a imposição de regras de conduta, a imposição de obrigações, a frequência de programas formativos e o acompanhamento educativo (artigo 4.º, LTE). Prevê, ainda, uma medida de carácter institucional: o internamento em Centro Educativo (CE).

3.2. O Internamento em Centro Educativo

O internamento em CE é considerada a medida mais grave, implicando maior restrição da liberdade e da autonomia:

Visa proporcionar ao menor, por via do afastamento temporário do jovem do seu meio habitual de vida e da utilização de programas e de métodos pedagógicos, a interiorização de valores conformes ao direito e a aquisição de recursos que, no futuro, lhe possibilitem orientar a sua vida de forma social e juridicamente responsável. (artigo 17.º, n.º 1, LTE)

A medida de internamento, executada em CE por determinação do Tribunal, pode ser aplicada em regime aberto, em regime semiaberto e em regime fechado, diferenciando-se pelo grau de acesso ao exterior permitido ao jovem. A medida de internamento em regime semiaberto, com duração mínima de três meses e máxima de dois anos, é aplicável quando o menor tiver cometido facto qualificado como crime contra as pessoas a que corresponda pena máxima, abstratamente aplicável, de prisão superior a 3 anos ou tiver cometido dois ou mais factos qualificados como crimes a que corresponda pena máxima, abstratamente aplicável, superior a 3 anos (artigo 17.º, n.º 3). A medida de internamento em regime fechado é aplicável quando se verificarem cumulativamente os seguintes pressupostos: a) ter o menor cometido facto qualificado como crime a que corresponda pena máxima, abstratamente aplicável, de prisão superior a cinco anos ou ter cometido dois ou mais factos contra as pessoas qualificados como crimes a que corresponda pena máxima, abstratamente aplicável,

de prisão superior a três anos; e b) ter o menor idade superior a 14 anos à data da aplicação da medida (artigo 17.º, n.º 4). Tem a duração mínima de seis meses e a máxima de dois anos, podendo atingir a duração máxima de três anos quando o menor tiver praticado facto qualificado como crime a que corresponda pena máxima, abstratamente aplicável, de prisão superior a oito anos, ou dois ou mais factos qualificados como crimes contra as pessoas a que corresponda a pena máxima, abstratamente aplicável, de prisão superior a cinco anos.

A execução da medida tutelar de internamento pode prolongar-se até aos 21 anos, momento em que cessa obrigatoriamente (artigo 5º, LTE).

3.3. O Papel da Família na Lei Tutelar Educativa

O papel da família no sistema de justiça de menores ficou consagrado a nível internacional, em 1985, com a adoção das Regras Mínimas das Nações Unidas para a Administração da Justiça de Menores, conhecidas por Regras de Beijing (Santos et al., 2010). Estas regras surgiram na sequência da importância reconhecida à Declaração dos Direitos da Criança, da necessidade de revisão das legislações, das políticas e das práticas nacionais no âmbito da justiça juvenil. Para além de vincarem o papel da comunidade na aplicação de medidas alternativas e de reeducação, conferem destaque à família ao exigir que os filhos não sejam separados dos pais, senão em último recurso.

Em Portugal, a LTE tem a família em consideração ao longo do processo tutelar educativo dos jovens, nomeadamente no critério de escolha das medidas tutelares a serem aplicadas,

O tribunal dá preferência, de entre as que se mostrem adequadas e suficientes, à medida que represente menor intervenção na autonomia de decisão e de condução de vida do menor e que seja suscetível de obter a sua maior adesão e a adesão de seus pais, representante legal ou pessoa que tenha a sua guarda de facto. (artigo 6.º, LTE)

No caso particular das medidas não-institucionais, a LTE prevê, no seu artigo 22.º a execução participada destas medidas, ou seja, a colaboração dos pais ou outras pessoas significativas para o menor, familiares ou não, de forma a concretizar-se os fins educativos visados pelas medidas.

No que respeita ao internamento em centro educativo, o artigo 173.º consagra os direitos dos pais ou representante legal: “Os pais ou o representante legal conservam, durante o internamento, todos os direitos e deveres relativos à pessoa do menor, que não sejam incompatíveis com a medida tutelar, salvas as restrições ou proibições impostas pelo tribunal (n.º1)”. Os pais ou representante legal têm, ainda, direito a acompanhar a vida dos jovens a

seu cargo durante o internamento, devendo ser avisados de qualquer situação excepcional que aconteça, bem como da evolução do processo educativo do menor.

Apesar do papel de colaboração da família previsto na LTE no que respeita ao acompanhamento de todo o processo tutelar educativo dos jovens, na realidade este acompanhamento apresenta lacunas. Em 2004, um estudo de Santos e colaboradores com profissionais ligados à reinserção social (e.g., procuradores do ministério público, técnicos superiores de reinserção social) refere que no cumprimento de medidas tutelares, institucionais e não-institucionais, são apontadas falhas das famílias no acompanhamento efetivo dos seus descendentes. Consideram que a família assume, em muitos casos, uma postura pouco interventiva e mesmo demissionária, considerando que, na prática, não existem mecanismos que vinculem os pais ou os detentores da guarda dos jovens ao apoio da execução das medidas. Esta desresponsabilização da família não é o único problema apontado. A Comissão de Acompanhamento e Fiscalização dos Centros Educativos (CAFCE, prevista no artigo 209.º da LTE), no Relatório de 2012, chama a atenção para o insuficiente trabalho nos contextos de origem. Sublinha que no terreno “não há conhecimento suficiente e adequado dos contextos de origem, nem há trabalho suficiente e adequado nesses contextos, apesar da grande maioria dos jovens, depois de cumprida a medida, retornar às suas famílias” (p.35).

A família parece, assim, ser vista como um universo distinto dos jovens, sem que haja uma interação entre a intervenção desenvolvida junto do jovem e a intervenção que deveria ser aplicada à família, mas que na realidade não acontece (CAFCE, 2012). Torna-se, por isso, necessário não só motivar as famílias e fazê-las entender a necessidade de participar na execução das medidas, mas também encetar intervenções no contexto de origem, de modo a aumentar o sucesso da intervenção com os jovens que cumprem medidas tutelares educativas (Santos et al., 2004).

Estudo Empírico

1. Metodologia de Investigação

1.1. Objeto e Objetivos

A delinquência juvenil surge como o pilar de base desta investigação, tendo como pano de fundo um CE português, destinado ao cumprimento de MTE de internamento.

Como objetivo principal, este estudo procura compreender, através da perceção dos jovens que estão a cumprir uma MTE de internamento em centro educativo, quais as características da organização, funcionamento e dinâmicas familiares, bem como o papel que a família desempenha na prática criminal dos jovens e ao longo do cumprimento da medida de internamento.

Assim foram definidos os seguintes objetivos específicos: 1) Conhecer a forma de organização estrutural destas famílias; 2) Conhecer as suas práticas educativas; 3) Averiguar a influência que a família teve no comportamento delinquente; 4) Verificar o impacto que o internamento teve no jovem, a nível individual e a nível familiar; e 5) Perceber o que os jovens perspetivam para si e para as suas famílias após a saída do CE.

1.2. Participantes

O presente estudo contou com a participação de 12 jovens do sexo masculino a cumprir MTE de internamento num CE português, 2 em regime fechado e 10 em regime semiaberto. As idades dos jovens estavam compreendidas entre os 15 e os 19 anos de idade ($M=17$; $DP=1.04$). A escolha do grupo participante no estudo obedeceu aos seguintes critérios: (i) o cumprimento de medida tutelar de internamento há pelo menos 6 meses, para que a vivência do internamento possibilitasse a construção de significados em torno dessa experiência, especialmente no que às relações familiares se refere; e (ii) o tipo de factos ilícitos praticados pelos jovens, de modo a que o grupo escolhido apresentasse um padrão criminal diversificado. Foi também tida em conta a relação de empatia e confiança construída ao longo do tempo resultante da realização de um estágio curricular na instituição.

No que se refere aos factos ilícitos foi possível perceber que dois jovens tinham praticado factos ilícitos considerados não violentos graves, relacionados com o tráfico de estupefacientes, sendo os únicos no centro educativo nesta condição. Sete jovens praticaram factos ilícitos considerados violentos (e.g., crime de roubo, ofensa à integridade física

simples), sendo que quatro destes jovens apresentam um padrão exclusivamente aquisitivo (i.e., apenas crimes de roubo e/ou furto). Por fim, três jovens praticaram factos ilícitos considerados violentos graves (e.g., ofensas à integridade física agravada). Através da consulta dos processos individuais foi, ainda, possível perceber que sete jovens tinham processos tutelares educativos anteriores, cumpridos ou não, e três jovens tinham ainda processos tutelares para cumprir no fim da atual medida de internamento. Destes jovens, nove estavam sinalizados por MPP da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ) antes da entrada no centro educativo.

1.3. Instrumento: a entrevista semiestruturada

A ideia de que os estudos sobre a infância e a juventude requerem o recurso a estratégias de investigação que auxiliem a aproximação à complexidade dessa realidade social, enquanto construção social, é hoje defendida por diversos investigadores nesta área de conhecimento (Pinto, 1997, cit. in Manso e Almeida, 2009). Considera-se que as abordagens qualitativas facilitam o acesso aos discursos e significados associados à infância e à juventude, não os desvinculando dos contextos vários em que se inscrevem (Manso e Almeida, 2009). A seleção da metodologia qualitativa foi, por isso, tida em conta dado o seu papel de facilitador do discurso dos indivíduos não só sobre o seu comportamento, mas principalmente sobre a sua família. Esta é, aliás, uma temática suscetível de causar desconforto e resistência nos participantes. Foi por isso assumida uma atitude de abertura da entrevistadora, que, aliada à relação empática que se tinha vindo a construir no âmbito do estágio curricular efetuado na instituição, se considerou que poderiam colmatar as possíveis dificuldades dos jovens ao falar neste assunto.

A entrevista foi elaborada a partir da revisão da literatura efetuada (Cf. Anexo 1). As questões relativas à monitorização do comportamento (e.g., “O teu pai/mãe ou equivalentes tentavam saber quem eram os teus amigos?”) baseou-se numa das questões do Questionário dos Estilos Educativos Parentais – QEEP (Ducharne, Cruz, Marinho, & Grande, 2006). A entrevista procurou explorar diversas características consideradas essenciais relativamente à família destes jovens, bem como a relação com o internamento, tendo sido dividida em três grandes grupos: questões relativas à organização e dinâmicas familiares, questões relativas à relação família-internamento, e, finalmente, numa análise prospetiva, procurou conhecer-se os planos e perspetivas de futuro dos jovens.

1.4. Procedimento

Após a obtenção da autorização dos Serviços Centrais da Direção Geral de Reinserção e dos Serviços Prisonais (DGRSP) e da instituição, procedeu-se à recolha dos dados. Inicialmente foi disponibilizada pelo CE uma lista dos jovens que permitiu fazer uma pré-seleção dos jovens que estavam a cumprir medida há pelo menos seis meses. A partir dessa lista, foram recolhidas informações acerca da medida de internamento atual, de modo a selecionar os jovens pelos factos ilícitos. Nesta seleção foi possível perceber que apenas dois jovens praticaram factos não violentos, ainda que graves, e uma minoria tinha cometido factos ilícitos violentos graves. Deste modo, os participantes selecionados tinham, na sua maioria, praticados factos ilícitos violentos. Com os doze jovens selecionados e de modo a perceber, ainda que de uma forma breve, os seus percursos, através da consulta dos processos individuais, procurou-se informação acerca de existência de processos tutelares educativos anteriores e/ou por cumprir, e se, no âmbito da LPCPJ, já tinham sido abrangidos por medidas de promoção e proteção (MPP).

Para a realização das entrevistas, e de forma a salvaguardar a ética de todo o processo, foi apresentado aos jovens o termo de consentimento informado (cf. Anexo 3), que informou acerca do tema em estudo, os seus objetivos e a atividade a ser desenvolvida, procedendo-se ao esclarecimento de possíveis dúvidas. Foi obtida autorização para a gravação em áudio, garantindo-se o sigilo e a confidencialidade das informações fornecidas, tal como está previsto no artigo 176.º da LTE.

Após a compreensão do que se pretendia, foi iniciada a entrevista, sendo esta semiestruturada, permitindo uma maior flexibilidade. As entrevistas decorreram no CE em horário autorizado pelo Diretor da instituição, numa sala disponibilizada para o efeito, tendo estas durado cerca de 30 minutos cada.

Para a análise das entrevistas, foi escolhido o método de análise de conteúdo. Para Bardin (1977/2011), a análise de conteúdo enquanto método torna-se um conjunto de técnicas de análise das comunicações que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens. Considera-se, por isso, um método adequado ao presente estudo, dado que permite a análise das representações dos participantes. Realizadas todas as entrevistas, procedeu-se, então, à transcrição integral de cada uma das entrevistas, fazendo-se uma leitura flutuante do seu conteúdo, de modo a haver uma familiarização com o seu conteúdo. Posteriormente, e após mais leituras, efetuou-se um procedimento de categorização do conteúdo das narrativas, que consistiu na divisão das respostas em categorias e subcategorias de temas. Estas, segundo Bardin (1977/2011) organizam os

indicadores significativos para a inferência do conteúdo implícito e explícito que se procura compreender. A criação destas categorias (cf. Anexo 2) baseou-se na conjugação entre o conteúdo das entrevistas e os conceitos teóricos centrais desenvolvidos no enquadramento teórico deste trabalho. Esta categorização ajudou na organização, análise e interpretação do discurso dos jovens entrevistados.

2. Resultados

*“O que me trouxe esta vida?
Para ser sincero, não me trouxe nada.”
(E11_CM_17)*

2.1. Organização familiar

2.1.1. Estrutura e transições familiares

No início da entrevista procurou-se perceber com quem o jovem vivia antes de ser internado no centro educativo, bem como as possíveis mudanças que viveram. Constatou-se que apenas três jovens viviam com ambos os progenitores, sendo que numa das famílias se inclui outros membros da família alargada (tios, sobrinhos). Os restantes jovens tinham os pais separados, dois deles vivendo com apenas com a mãe e três apenas com o pai. Um dos jovens vivia com a irmã devido a problemas que teve com a mãe e outros três jovens estavam institucionalizados no âmbito de Medidas de Promoção e Proteção da CPCJ.

Os jovens relatam as transições familiares por que passaram, tendo-se dividido esta categoria em duas subcategorias: a *separação dos pais* e a *instabilidade estrutural* assente na experiência de sucessivas mudanças na estrutura familiar.

Relativamente à *separação dos pais*, a maioria dos jovens fazem referência a esta experiência, nomeadamente em idades precoces: “Eles estão separados desde os 5 anos. (E6_LM_15)”, “A partir dos 8 anos [viver apenas com a mãe], quando o meu pai saiu, quando se separaram. (E4_AG_17)”. Apenas dois dos jovens com os pais separados não experienciaram a rutura, uma vez que nunca viveram com o pai porque a separação ocorreu quando ainda eram bebés. Um dos jovens faz referência ao sofrimento familiar causado pela separação dos progenitores: “O meu pai...desde que os meus pais se separaram ninguém podia falar do meu pai, a minha irmã e a minha mãe começavam logo a chorar assim nos primeiros tempos” (E4_AG_17).

No que respeita à *instabilidade estrutural*, dois jovens, que à data da entrada no centro educativo estavam institucionalizados em lares de infância e juventude, relatam as sucessivas mudanças por que passaram ao longo dos anos:

Com a minha mãe...mas saí de casa dela e fui para uma instituição. [E sempre viveste com a tua mãe?] Não vivi sempre com ela. Dos 5 aos 8 vivi com uma família de acolhimento e depois fui morar com a minha mãe, depois fui morar com o meu pai, e era assim...era um bocado complicado, sim. [A instituição...Porque é que foste para lá?] Se calhar foi por eu não ter muitas regras. Eu e o meu irmão. (E10_EC_17)

Na Casa Pia. [E sempre viveste assim?] Desde 2010, 2009... [Com quem é que vivias antes?] Com os meus avós. [Com os teus pais nunca viveste?] Sim, mas foi até aos 7, 8 anos. E foi só com a minha mãe. (E12_DE_17)

2.1.2. Situação socioeconómica/laboral

No que respeita à atividade laboral dos progenitores percebe-se que todos exercem funções em áreas que requerem pouca qualificação (i.e., limpezas, construção civil, cozinha, jardinagem). Atualmente, três jovens têm um dos progenitores desempregado, dois jovens desconhecem a situação laboral do pai, uma vez que não têm contacto com o mesmo, e um dos jovens têm ambos os pais reformados por invalidez:

O meu pai caiu-lhe um andaime em cima e ele ficou numa cadeira de rodas, mas prontos, ficou com problemas e não pôde trabalhar mais. (...) A minha mãe também teve um problema que foi cancro e depois também ficou com o atestado de invalidez e não trabalha. (E1_MP_17).

A maioria dos jovens define a condição económica dos progenitores como sendo suficiente para as despesas do dia-a-dia, sendo que dois jovens identificam algumas dificuldades, colmatadas por ajudas de terceiros (e.g., “A minha avó ajuda a gente porque a minha mãe não tem um ordenado propriamente fixo”, E8_PS_18).

2.2. Relacionamento afetivo

As questões relativas ao relacionamento afetivo referem-se à relação do jovem com os seus pais e com os seus irmãos e à relação entre os seus pais.

Quanto à *relação com os progenitores*, quatro jovens definem a relação como sendo positiva com ambos, sem efetuarem qualquer distinção entre eles. Outros cinco jovens definem a relação como sendo positiva com ambos, mas melhor com um dos progenitores: quatro como se relacionando melhor com a mãe, sendo que dois justificam tal com o facto de o pai estar pouco presente (e.g., “Com o meu pai é boa, mas com a minha mãe é muito melhor. Porque passo mais tempo com a minha mãe, damo-nos melhor, com o meu pai não passo muito tempo.”, E10_EC_17); e um como se relacionando melhor com o pai, estando

a mãe pouco presente na sua vida: “[Pai] Bem. [Mãe] Também. [Mas notas diferenças nas duas relações?] Sim...o meu pai dá-me mais atenção que a minha mãe.” (E6_LM_15). Este jovem refere ainda que o acordado era que ele estivesse com a mãe de 15 em 15 dias, mas que isso não acontecia por ela viver longe: “[Estavas com a tua mãe?] Era de 15 em 15 dias, mas como ela estava em Viseu eu nunca ia. Só nas férias” (E6_LM_15).

Dois dos jovens referem não ter atualmente qualquer relação com o progenitor, sendo que um deles demonstra hostilidade:

Com o meu pai não há relação. Com a minha mãe é uma boa relação. [Tens perspetivas de retomar a relação com o teu pai?] Não. Já tentei aqui dentro, já dei um passo...ele não o quis devolver, portanto fica assim. (E2_MM_18)

Um jovem comparou dois momentos na relação com os pais: antes de ser internado não tinha grande ligação com ambos, e depois de ser internado a relação tornou-se mais próxima:

Neste momento? Neste momento está boa. Mantenho contacto sim, com a minha mãe. Com o meu pai também, liga-me mais do que o habitual, liga duas a três vezes por semana. [E como era a relação lá fora?] Com a minha mãe nunca foi assim, hum, muito ligado, tá a ver? Só que agora melhoramos o nosso relacionamento, já nos respeitamos uns aos outros, só que, pronto, o meu pai antigamente...não tínhamos muito contacto. (E12_DE_17)

No que respeita aos *irmãos*, todos os jovens têm irmãos (entre um e oito irmãos) e definem as relações como positivas.

No que respeita ao relacionamento *entre os pais*, dos nove jovens que têm os pais separados foi possível perceber três padrões de relacionamento: um em que os progenitores comunicam entre si e até são amigos, outro em que os progenitores comunicam pouco, limitando-se a falar sobre os filhos, e outro em que os pais não efetuam qualquer tipo de comunicação entre si. Dos três jovens com os pais juntos, estes percecionam as relações entre estes como sendo positivas.

2.3. Práticas educativas familiares

Nas práticas educativas familiares procurou explorar-se a perceção dos jovens relativamente ao comportamento educativo parental, nomeadamente no que respeita ao estabelecimento de regras e limites em contexto familiar, a perceção dos jovens relativamente à utilidade dessas regras e limites, as tentativas dos pais em supervisionarem o comportamento dos filhos em diversas áreas de atuação (e.g., amigos, atividades de tempos livres), e a forma como se resolvem os problemas em contexto familiar.

2.3.1. Existência de regras e limites

A maioria dos jovens identifica a presença de regras em contexto familiar, mas sublinha o comportamento de *desobediência* em relação a elas:

Eu regras podia ter mas eu não obedecia, pronto. (E1_MP_17)

Existir, existia, eu é que não as cumpria. (E2_MM_18)

Existir, existiam. Eu é que nunca as cumpria. (E3_RP_16)

Existiam, mas eu não as cumpria. (E4_AG_17)

Quando estava com os meus pais era não chegar tarde a casa. Tinha algumas regras, era rigoroso, mas chegava sempre tarde na mesma. (E5_ML_16)

Nunca as cumpria. (E6_LM_15)

Não quer dizer que eu as cumpria, mas tinha. (E9_RR_17)

A atitude de *permissividade* dos pais em relação ao estabelecimento de regras e limites foi notória no discurso dos jovens:

Os meus pais já não tinham...como é que eu lhe hei-de explicar...não tinham controle em mim. Eles não mandavam em mim já. [Mas que regras é que eles te impunham e não cumprias?] Eles já não me impunham regras, já não conseguiam, de certa forma já não dava. (E1_MP_17).

Na minha casa não tem muitas regras. Não tenho assim grandes regras, mas respeito o meu pai, não tenho propriamente horas de chegar a casa, chegava quando quisesse. (E8_PS_18)

Desde os 11 anos comecei a chegar a casa lá pras onze, lá pra uma. Diziam sempre “ah, anda pra casa mais cedo”, não ouvia e continuava a chegar a essas horas assim. E depois chegou uma altura em que não me diziam nada... [Que idade tinhas quando não te diziam nada?] Tinha 14, 13 e nem diziam nada, não diziam nada. Entregavam-me a chave de casa e eu entrava e saía quando quisesse. (E11_CM_17)

Um dos jovens aponta a doença oncológica da mãe e a consequente depressão do pai como causas para que a supervisão do seu comportamento diminuísse:

Como a minha mãe esteve doente, o meu pai assim entrou um pouco em depressão e depois começaram a não ter...não puderam ter a mão em mim. Depois a minha mãe ficou bem, o meu pai começou a tomar comprimidos por causa da depressão e ficou tudo bem, só que já não conseguiam controlar-me. (E1_MP_17)

Foi ainda referido por um jovem que os problemas de comportamento e de desobediência das regras teve início em *idade precoce e em contexto escolar*:

Tinha de estar em casa à meia-noite e não estava. A partir dos 14 não cumpria. Mas antes eu já tinha tido problemas com a justiça, desde 2007 que ando com isso. Nesta altura desobedecia às regras da escola, não às de casa. (E3_RP_16)

Foi notório no discurso dos jovens a *incongruência entre os progenitores* em relação ao estabelecimento de regras e limites:

Em casa do meu pai tinha de estar em casa à hora certa senão não saía, ficava de castigo. Na casa da minha mãe podia chegar às horas que eu quisesse. (E10_EC_17)

Na casa do meu pai sim, era pra chegar lá pelas onze, e assim, lá pras dez, nove; na casa da minha mãe, txi [*sic*], chegava lá pras tantas. (E11_CM_17)

[Notas diferenças entre os teus pais quanto às regras?] O meu pai não é muito para regras, ele tem regras, só que é... como hei-de dizer? Muito jovem, tá a ver? Menos responsabilidade. (E12_DE_17)

2.3.2. Perceção da utilidade das regras

Os jovens posicionam-se maioritariamente como sendo favoráveis às regras, percebendo-se que houve mudanças na maneira de as percecionar com a entrada no centro educativo: “Se fosse agora se calhar cumpria todas elas.” (E4_AG_17). As regras são vistas pela maioria dos jovens como sendo “precisas” (E7_MA_19), “corretas” (E9_RR_17), “normais” (E12_DE_17), devendo “ser cumpridas” (E5_ML_16) e “tem de se respeitar. Deve-se respeitar os pais” (E10_EC_17). Foi referida, ainda, a importância das regras para evitar o comportamento desviante: “Eu não obedecia, mas eu sempre soube que são necessárias. E é assim, se eu tivesse ido por aí, como eles [pais] me diziam, não estaria aqui, por isso são importantes” (E1_MP_17).

Dois dos jovens percecionam as regras de forma negativa, sendo que estas “não faziam nada, não tinham efeito” (E3_RP_16) e que “nunca valeram de nada as regras (...) não me portava melhor por haver regras, não me portava bem na mesma, era a mesma coisa” (E11_CM_17).

Dois jovens colocam-se numa posição neutra face às regras: “Sei lá, nem sei o que é que hei-de pensar dessas regras” (E2_MM_18), “Quando estava lá fora não pensava nelas” (E6_LM_15).

2.3.3. Atitude dos pais no cumprimento de regras

Quando questionados se os pais os faziam cumprir as regras e se existiam castigos em caso de desobediência foi possível perceber que os pais não tinham uma postura ativa no cumprimento das regras, parecendo progressivamente demitir-se das suas responsabilidades parentais, adotando uma atitude de permissividade:

É assim, quando eu era mais novo eles tiravam-me o telemóvel, essas coisas, não me deixavam mexer no computador, só que a partir daí, dos 14/15, já não faziam nada. (E1_MP_17)

Diziam que eu ficava de castigo, mas chegava à hora e nunca me punham. (E3_RP_16)

Chegou a um ponto que não insistiam; não me deixam de parte, mas já começam a facilitar mais um bocado. (E4_AG_17)

A minha mãe não tanto, deixava-me mais à vontade (E7_MA_19)

A minha mãe não me tirava nada. Ela não me metia assim de castigo porque ela sabe que eu saía pela janela. (E10_EC_17)

Um dos jovens faz referência à punição do seu comportamento transgressivo por parte do pai: “Eu de vez em quando fazia algumas coisinhas. Havia castigos. Não sair de casa depois, mais...ouvia umas boas, levava uma ou duas galhetas... O meu pai era mais rigoroso, o meu pai já falava mais como um homem comigo” (E5_ML_16).

Outros jovens referem que os pais tentavam fazer cumprir as regras, mas que não tinham resultado (e.g., “Tentava. Era difícil”, E2_MM_18; “O meu pai fazia cumprir, mas eu não as cumpria. Tiravam-me a playstation, mas não me fazia diferença”, E6_LM_15)

Um dos jovens faz referência à não-aceitação de controlo por parte de outras pessoas da família, neste caso da companheira do pai: “A minha madrastra também punha regras, mas eu também não me preocupava, dizia que ela não era minha mãe. Sei que não devia ter dito aquilo, porque ela ficou mal, eu sei, mas agora já passou” (E6_LM_15).

No que a castigos se refere, alguns jovens referem que o incumprimento de regras não era alvo de sanções (e.g., “Não havia castigos”, E8_PS_18; “Castigos não. Se eu ficasse sem telemóvel arranjava outro”, E9_RR_17; “Não tinha castigos. Nunca tive esses castigos [ficar sem televisão]”, E11_CM_17)

2.3.4. Supervisão e monitorização do comportamento

Nesta questão procurou-se conhecer a perceção dos jovens relativamente ao comportamento de supervisão e monitorização dos progenitores em diversas áreas fundamentais na vida do adolescente: amigos, saídas, atividades de tempos livres, gasto de dinheiro e desempenho na escola. Em todas estas áreas as respostas dos jovens dividiram-se em duas subcategorias: (1) *pais tentavam saber* e (2) *pais não tentavam saber*. Para além disto, procurou saber-se qual o comportamento dos jovens face às tentativas dos pais em supervisionarem o seu comportamento, e de uma forma geral, a *mentira e a omissão de informações e comportamentos* surgiu como ponto comum em todas as áreas alvo de supervisão dos progenitores.

Relativamente aos *amigos*, a perceção da maioria dos jovens é a de que os progenitores não supervisionavam este aspeto (sete jovens): “Ele [pai] via-a me com os amigos, mas nunca me perguntava quem eram.” (E6_LM_15). Seis destes jovens justificaram tal pelo conhecimento que os pais já tinham acerca dos amigos (e.g., “Não, já sabiam. Eram de infância”, E5_ML_16). Dos jovens que percecionam a existência de monitorização (cinco jovens), um deles estabelece distinções entre os progenitores: “A

minha mãe mais que o meu pai porque o meu pai separou-se e depois não teve tanto tempo comigo” (E4_AG_17). Destes jovens, apenas um afirmou contar a verdade acerca dos amigos e todos os outros admitiram mentir ou omitir quem eram os amigos, nomeadamente para esconder o comportamento desviante destes:

Não os escondia, simplesmente não os apresentava. (E2_MM_18)

Eu dizia que eram uns, mas depois ia ter com outros. (E3_RP_16)

No 5º ano ainda dizia, mas depois no 6º comecei a desviar-me... (E4_AG_17)

Diziam-me às vezes “aquele é um tal tal tal”, essas coisas assim e eu dizia “ah ele não é nada”. [Dizias a verdade?] Sim, às vezes sim, às vezes não. Ele dizia “ah, aquele ali é uma má companhia”, eu dizia “não”, e no dia a seguir já estava com ele. (E11_CM_17)

No que respeita aos amigos, surgem também as críticas e os avisos dos pais em relação a estes:

A minha mãe perguntava “então, hoje foste com quem?”, e eu “fui com este, este, este”, e ela “ah, esse aí não sei quê...” (E4_AG_17)

O meu pai era um bocado mais coiso [sic] com os amigos, se me visse assim com muitos amigos dizia “ai vê lá mas é com quem te metes” e não sei quê. Ele dizia pra ter cuidado porque eles podiam fumar ou roubar, não sei quê... (E10_EC_17).

Relativamente às *saídas*, a maioria dos pais (onze jovens) tentavam saber onde iam os filhos quando saíam: “Perguntava se fui à escola, o que é que fui fazer depois, eu dizia sempre que tinha ido jogar bola” (E4_AG_17). Dois destes jovens estabelecem distinções entre os progenitores:

A minha mãe sempre. Até ainda hoje pergunta. O meu pai não, porque eu vivia com a minha mãe e não com o meu pai, ia à casa dele de vez em quando. (E5_ML_16)

A minha mãe não. Eu dizia só que ia levar a chave e ela dizia que estava bem. O meu pai perguntava sempre “aonde é que vais?”, o meu pai era mais... (E10_EC_17)

A maioria (oito jovens) admite nem sempre dizer a verdade:

Eu dizia que ia para a escola quando saía de manhã, mas depois ia para outro lado. (E3_RP_16)

Eu dizia sempre que tinha ido jogar bola. [Isso era verdade?] Algumas vezes, outras não, mas... Quando a minha mãe às vezes passava e me via a jogar à bola, corria bem às vezes. (E4_AG_17)

Às vezes dizia, às vezes não. Não ia à escola, dizia uma mentira. (E5_ML_16)

Não. Eu ia para fora do bairro, mas dizia que ia jogar à bola com eles, mas não ia. (E6_LM_15)

Relativamente às *atividades dos tempos livres*, a maioria dos pais (oito jovens) tentavam saber o que os jovens faziam. Nesta área surge ainda a distinção entre os progenitores: “A minha mãe às vezes perguntava. O meu pai por acaso não” (E10_EC_17); e o abandono progressivo da prática de supervisão: “Eles perguntavam mas chegou a um certo ponto que eles já sabiam o que eu ia fazer, não era? O que é que eu ia fazer? Ia pras festas. Deixaram de me perguntar porque já sabiam” (E1_MP_17). Novamente a surge a mentira (e.g., “Dizia que ia para casa e nunca mais aparecia”, E3_RP_16), nomeadamente

para esconder o comportamento transgressivo: “Depende, nem sempre, depende de algumas situações. Quando ia fazer asneiras não dizia a verdade” (E2_MM_18). Três jovens justificam a não monitorização dos pais por estes já saberem o que eles faziam (e.g., “A minha mãe sabia sempre o que eu fazia, ou era computador ou ia jogar à bola”, E4_AG_17).

Relativamente ao *gasto de dinheiro*, os jovens dividem-se, sendo que metade percebe que os pais monitorizam os gastos e a outra metade não. A mentira também surge aqui (e.g., “Dizia que era para carregar o cartão da escola. E não era”, E3_RP_16; “Perguntava, mas claro que eu mentia”, E6_LM_15)

No que respeita à *escola*, para além da monitorização feita pelos pais percebida como frequente pela maioria (dez jovens), surgiram outras questões como o *abandono escolar* (“Eu lá fora há um ano que já não andava na escola”, E1_MP_17); o *absentismo escolar* (“Não gostava daquela escola, ia à escola, mas não ia às aulas”, E2_MM_18; “Eu saltava sempre as grades”, E4_AG_17; “Eu faltava sempre às aulas”, E8_PS_18), *as críticas dos progenitores* (“O meu pai reagia sempre mal, dizia ‘olha para os teus irmãos, estão todos a tirar cursos, 11ºs, 12ºs, e tu és o mesmo, estás sempre na mesma coisa’”, E5_ML_16); e a *indiferença parental perante a transgressão escolar* (“Eles sabiam que eu faltava às aulas e essas coisas”, E8_PS_18; “Dizia que não ia. Eles diziam que era melhor ir, porque senão depois ia ter consequências graves”, E9_RR_17). Novamente surge o comportamento de mentir (e.g., “Mentia às vezes”, E1_MP_17; “A minha mãe quando eu chegava a casa perguntava se a escola correu bem. Eu dizia que sim. Mas não corria muito bem”, E3_RP_16). Alguns jovens revelam que apenas contavam a verdade porque não tinham como mentir: “Se eu não fizesse os trabalhos de casa, a stôra [*sic*] ligava, ele sabia sempre (...) tinha de dizer [a verdade]”, E6_LM_15; “Aí já não tinha muito como mentir, por isso dizia a verdade”, E7_MA_19), e que inventavam desculpas (e.g., “Se não dissesse o diretor de turma ia ligar. Se eu faltasse dizia que faltei, mas da verdade inventava uma mentira”, E5_ML_16).

2.3.5. Resolução de problemas familiares

Quando questionados acerca da forma como os problemas são resolvidos no seio familiar, todos os jovens referem a *conversa* como maneira de os resolver, considerando esta como a melhor forma de resolução dos problemas. Nesta questão um dos jovens relata a época em que tinha problemas na família, causados pelo consumo de substâncias e pela reclusão do progenitor:

Já não existem há muito tempo. Existiam quando o meu pai andava nas drogas, mas depois já não existem. Tive quando o meu pai esteve preso, tinha de andar sempre a ir e vir. Ainda era pequeno, lembro-me de ir visitá-lo. (E3_RP_16)

Outro jovem revela menor aceitação pela forma como o pai tenta resolver as discussões com ele: “O meu pai lixa-me logo a cabeça, começa logo a lixar-me a cabeça. O meu pai é assim, mais agressivo, mas é a maneira dele ser já” (E10_EC_17).

2.4. Crime e família

2.4.1. Contribuição da família para o comportamento desviante

A maioria dos jovens não considera que a forma como a sua família organizou a sua educação contribuiu para a prática dos crimes, sendo que um jovem até considerou que “se eu aproveitasse, ela [educação], até servia”, E2_MM_18. De facto, através dos discursos dos jovens, foi possível perceber que a responsabilidade da prática criminal é atribuída a *si próprios*:

Acho que dependeu mais de mim. A minha mãe dizia sempre que eu vinha aqui parar, mas eu dizia “não, achas que vou ali parar?”. Eu achava que nunca acontecia nada. (E3_RP_16)

Eu é que pratiquei, eu é que me desviei. (E9_RR_17)

Não. Veio da minha cabeça. (E12_DE_17)

Dois jovens apontaram o *divórcio* dos pais como o desencadeador dos problemas de comportamento, devido ao excesso de liberdade sentida e à revolta suscitada:

Acho que se eles [pais] ainda estivessem juntos acho que isto nunca tinha acontecido. [Achas que sentiste mais liberdade?] Claro! Porque não tenho lá em casa o meu pai. (E4_AG_17)

Não foi a parte da educação, mas foi a parte da separação dos meus pais que influenciou. Fiquei revoltado. Todos ficam! (E6_LM_15)

Um dos jovens revela que os *problemas de saúde* dos pais contribuíram para que eles deixassem de supervisionar o seu comportamento, o que levou o jovem a iniciar o consumo de drogas, que, por sua vez, levou a que começasse a traficar para sustentar o vício:

Eu quando entrei, quando comecei nas drogas, comecei a consumir haxixe e quando comecei foi quando a minha mãe esteve doente, e quando o meu pai já estava a entrar em depressão, eles não conseguiram gerir tanto, porque eles nem sabiam que eu faria uma coisa dessas...e eu comecei aí. E depois, pronto, foi-se agravando a pouco-e-pouco, fui continuando cada vez mais, e depois como não tinha dinheiro comecei a traficar e fui cada vez agravando. (E1_MP_17)

Os fatores do *meio* foram apontados por dois jovens, nomeadamente a influência do bairro e a associação a pares desviantes:

Cresci num bairro social muito degradado. Acho que isso influenciou bastante, só vejo droga à minha frente...há lá roubos todos os dias. Os meus pais controlavam, mas eu fugia. Foi mais o bairro. (E5_ML_16)

Também a companhia dos amigos. (E6_LM_15)

2.4.2. Conhecimento e reação da família à prática de crimes

Onze jovens relatam que os pais só souberam através das autoridades (polícia ou cartas enviadas pelo tribunal), sendo que muitos jovens fazem referência à primeira ida à esquadra: “foi quando fui pra esquadra pela primeira vez. E soube logo” (E2_MM_18), “a primeira vez que vim à esquadra, a minha mãe foi-me buscar” (E5_ML_16), sendo que estas idas à esquadra se tornaram frequentes na vida destas famílias (e.g., “Já fui muitas vezes parar à esquadra e o meu pai é que me ia buscar”, E6_LM_15). Um dos jovens relata que o seu progenitor, com quem não mantinha contactos regulares, só ficou a saber dos seus problemas com a polícia “depois de eu entrar no centro educativo” (E4_AG_17).

Dois jovens fazem referência às desconfianças que os pais tinham antes de descobrirem efetivamente o seu comportamento desviante, chegando a haver confronto dos pais ao jovens que mentiram para esconder o seu comportamento:

Eles podiam desconfiar mas não tinham certezas. [Mas nunca te confrontaram com isso?] Ah, confrontaram com o tráfico, eu menti. Não sei se acreditaram em mim, supostamente não, não sei, acho que me deram o benefício da dúvida. (E1_MP_17)

Os vizinhos falam muito, falam demais. Os meus pais perguntaram mas eu disse que não era nada de mal. (E9_RR_17)

No que respeita à reação dos pais quando confrontados com o comportamento criminoso dos filhos, a maioria dos jovens (oito) considera que os pais reagiram mal: “Um bocado mal” (E2_MM_18), “chateados” (E3_RP_16), “Reagiu como todas as mães reagem: mal” (E5_ML_16), “ficou triste, espantado com o que eu fiz” (E6_LM_15), “Reagiu muito mal mesmo” (E7_MA_19), “surpreendidos, zangados” (E9_RR_17), “a minha mãe começou a mandar vir e o meu pai dizia sempre ‘ah, não sei o que é que hei-de fazer, não sei quê’” (E10_EC_17), “mal “ (E12_DE_17), destacando, assim, os sentimentos experienciados pelos pais. A habituação dos progenitores ao mau comportamento é referido por um dos jovens: “Não me bateram, da primeira vez ralharam comigo mas agora já não era uma coisa doutro mundo. Acho que se habituaram” (E8_PS_18).

Os conflitos com os progenitores é ainda destacada por um dos jovens:

Ela [mãe] disse “vais pro centro educativo”, mãe que é mãe não quer ver uma pessoa na cadeia. E eu disse-lhe “só vou pro centro educativo no dia em que me apanharem, não me vou entregar” (...) estava a discutir com a minha mãe porque ela disse “a carta já chegou há 15 dias e ainda continuas a fazer só porcaria”. O meu pai só soube passado um mês de eu estar aqui, porque eu não liguei ao meu pai. É assim, eu fiquei chateado. Quando eu disse [que tinha recebido a carta] ele não veio, também não lhe disse quando vim pra aqui, não lhe fez diferença quando eu vim pra aqui. Depois ele ficou todo chateado “então tu roubaste e não sei quê”. (E4_AG_17).

Este jovem relata ainda a desresponsabilização por parte do progenitor, que atribuiu a culpa à mãe do jovem: “Depois pai empurra pra mãe ‘ah a culpa é da tua mãe’ e não sei quê” (E4_AG_17). Para além dos conflitos, os jovens também referem a ausência de um dos progenitores: “A minha mãe nunca sabia porque nunca estava ao pé dela. O meu pai ligava ou ela ligava a ver se estava tudo bem comigo e ele dizia” (E6_LM_15); “O meu pai soube depois, mas ele não vive cá, não teve influência nisso” (E7_MA_19). Um dos jovens destaca, ainda, as tentativas dos pais para mudar o jovem: “ela [mãe] tentou sempre mudar-me. Ela disse-me para aceitar ir para uma comunidade terapêutica, que ela pagava, não sei quê, que era pra no tribunal eu não vir pra aqui. (E1_MP_17)

2.4.3. Criminalidade familiar

Quanto à existência de familiares com problemas com a justiça quase todos os jovens (nove) referem a existência de criminalidade familiar, sendo que em seis jovens esta inclui a família nuclear (pais e irmãos), e três inclui apenas a família alargada (primos e tios). Um dos jovens refere que “Metade da minha família, senão toda” (E5_ML_16) tem problemas com a justiça, mas que na família nuclear ele é o único com problemas.

É referida a *prisão dos progenitores* por dois jovens:” O meu pai esteve várias vezes preso, ao todo foram 20 anos, sei que era roubos de casas, essas coisas assim, tráfico de droga, esteve a consumir” (E3_RP_16); “E o meu pai também já esteve preso” (E6_LM_15). A prisão do progenitor é percecionada por um dos jovens como uma consequência positiva, uma vez que “fez-se lá um homem, ainda bem. Ele mudou muito, para melhor” (E3_RP_16).

Os *irmãos* também se destacam pelo comportamento criminal, sendo que são referidos como companheiros de crimes: “Também foi na companhia deles [irmãos], para eles eu era um exemplo” (E6_LM_15). O comportamento desviante do jovem é percecionado como uma das consequências da criminalidade familiar, em que os modelos negativos influenciam o seu comportamento: “Houve coisas que vi o meu pai fazer, dava-lhe aquilo na cabeça e estava um bocado revoltado, e pronto, fazia coisas erradas. [Achas

que isso te influenciou na tua prática?] Hum, mais ou menos. Eu ficava revoltado, claro” (E10_EC_17).

2.4.4. Doenças e dependências

Apenas um dos jovens refere doenças graves na família, tendo anteriormente reconhecido a influência que estes acontecimentos tiveram no início da sua dependência de drogas, que levou ao comportamento de tráfico: “Tive a minha mãe [com cancro], é assim o meu pai não foi doença, foi um acidente de trabalho” (E1_MP_17).

Em relação a dependências, três jovens referem problemas dos progenitores com *álcool e drogas*, sendo que dois destes jovens referem que tais problemas estão ultrapassados (um dos progenitores como estando a metadona). Um dos jovens identifica as consequências resultantes da dependência do pai pelas drogas: “O meu pai era dependente, mas agora está a metadona. Ele estragou-se, está magro, não tem dentes. Para a família tem o sofrimento. Mas nunca o abandonamos” (E3_RP_16). Um dos jovens refere o consumo de “charros” e de bebidas alcoólicas por familiares e por ele próprio, considerando um comportamento normal e aceitável: “Como se diz? Vivem a vida. [Achas que para viver a vida é preciso álcool e drogas?] Não é preciso, mas dá um empurrãozinho. (E5_ML_16)”.

2.5. O Internamento

*“O que é que há aqui para fazer?
Nada, aqui só se pensa, viemos aqui para pensar.”
(E5_ML_16)*

2.5.1. Reações ao internamento

Relativamente à perceção que os jovens têm da reação dos progenitores e das próprias ao internamento estas dividem-se como considerando o internamento *justo* ou *injusto*, apresentando os argumentos para justificar a sua perceção. Deste modo foram elaboradas subcategorias das explicações dadas em cada uma das perceções do internamento como justo ou injusto.

Os jovens que consideram que os pais acham o internamento uma medida justa (nove jovens) apresentam argumentos como a necessidade do comportamento desviante *ser punido* (e.g., “Pelo que eu estava a fazer tinha de pagar por isso”, E3_RP_16), o internamento como *evitando a prisão* (e.g., “acharam, pronto, que se calhar era melhor eu vir para aqui agora do que ir para a cadeia daqui a uns anos”, E1_MP_17); o *sentimento de tristeza inicial*, mas o *reconhecimento da necessidade do internamento* (e.g., “A minha mãe fica triste de eu estar aqui né? Mas diz que me prefere ver aqui, acha que me está a fazer bem”, E2_MM_18);

reconhecimento dos benefícios a nível individual (“Porque ele [pai] também já esteve preso né? [sic] Ele sabia que eu também ia mudar aqui dentro, o meu pai já não tinha mão em mim” E6_LM_15). Apesar disto, dois jovens apontam *críticas* ao conteúdo das medidas, nomeadamente a altura tardia em que ocorreu o internamento e o tempo excessivo da medida.

Os jovens que consideram que os pais acham o internamento uma medida *injusta* (três jovens) apontam o *descontentamento com as autoridades* (e.g., “Acho que não acharam justo, porque não havia provas nem nada e foram dizer que fui eu” E11_CM_17), e os *pais não quererem ver o filho num centro educativo* (e.g., “Ele [pai] disse no tribunal que não queria que eu viesse para aqui, a minha mãe também”, E10_EC_17).

Relativamente à percepção dos jovens em relação ao internamento a maioria considera uma medida *justa* (oito jovens). Os jovens falam novamente no internamento como *punição* pelo comportamento desviante e o *evitar a prisão* como argumentos. Quatro jovens revelam que inicialmente consideraram a medida injusta, mas acabaram por *aceitar e até reconhecer os seus benefícios*:

A princípio achei mal vir para aqui, um bocadinho. Mas agora é assim, acho que é bom para a minha vida, porque senão eu já tinha deixado de estudar, o que é que eu ia fazer da minha vida? Traficar? Por isso é melhor vir para aqui do que pra cadeia. (E1_MP_17)

Na altura não concordei em vir para aqui. Agora acho que foi bom vir para aqui. (E6_LM_15)

Eu achei que ia ser complicado mas foi importante. Ao início senti-me mal um bocado, mas agora acho que até foi bom. (E7_MA_19)

Eu não concordei, achei mal, mas já aceitei, já passou e acho que me fez bem o tempo que estive aqui. (E8_PS_18)

Os jovens que consideram a medida injusta são os mesmos que percebem que os pais também o consideram, dando justificações semelhantes, como o descontentamento com as autoridades e criticando o conteúdo da medida. Um dos jovens é claramente contra o internamento, desvalorizando o possível efeito que este poderia ter, argumentando,

Não é longe da minha família que me vão mudar, não é eu vir pra aqui que me vão fazer mudar. Aqui pensam que estão a mudar e não estão a mudar nada, não é o estar preso que nos vai fazer mudar, mudamos se quisermos. Não é por estarmos aqui fechados dois anos ou três que vamos chegar lá fora e não fazer nada. Se eu tivesse de mudar era à beira do meu pai e da minha mãe, da minha família. (E4_AG_17)

2.5.2. O apoio durante o internamento

A maioria dos jovens relata ter contacto regular com a família, especialmente através de telefonemas. As visitas são menos regulares, sendo justificadas por muitos dos familiares viverem longe do centro educativo, ou por alguns dos jovens usufruírem de saídas de férias e de fins-de-semana e por isso não sentirem a necessidade de receber visitas. Três jovens referiram a ausência de um dos progenitores durante o internamento:

O meu pai veio duas ou três vezes, só que também trabalha e isso. Ele liga-me, só que eu não lhe ligo. [Porquê?] Porque não. [Mas querias que ele te visitasse mais?] Para mim tanto faz...agora já não... (E4_AG_17)

Pouco [contacto] com o meu pai. (E5_ML_16)

Com a minha mãe, quando ela estava no norte ela ligava-me sempre, desde que foi para Lisboa já não me ligou. (E6_LM_15)

Um dos jovens refere ainda as mudanças positivas que o internamento teve na relação com os progenitores: “No início de internamento era mais ou menos, porque ainda me estava a habituar a ter uma boa relação com a minha mãe. Já melhoramos. Com o meu pai acho que temos uma boa relação” (E12_DE_17).

2.5.3. Mudanças relacionais familiares durante o internamento

Quando questionados acerca das mudanças que sentem na relação com a família, os jovens dividem-se nesta questão, com metade a afirmar que não sentem diferença na relação com os familiares desde que estão no centro (e.g., “Não, tá [*sic*] igual. Sempre nos mantemos muito unidos” E10_EC_17).

Das mudanças familiares identificadas estas dividem-se em *mudanças positivas e mudanças negativas*. As mudanças positivas identificadas foram a maior proximidade e maior valorização em relação à família:

Estamos mais ligados, porque de certa maneira eu dou mais valor à minha família. Sinto-me arrependido pelo que lhes fiz passar. Na altura eu não pensava tanto neles como agora. (E1_MP_17)

Se calhar antes não dava tanto valor à minha mãe, se calhar comecei a dar mais valor à minha mãe. (E4_AG_17)

Sinto-me mais próximo de todos. (E9_RR_17)

Um dos jovens refere a melhoria da relação não só com os pais, mas também com a sua avó: “Eu chegava a casa e ela ‘estiveste a fazer porcaria’, a mandar bocas e, pronto, agora cheguei cá dentro trata-me de forma diferente. Pensa que isto é duro para as pessoas, tá [*sic*] a ver, que muda as pessoas” (E12_DE_17).

Nas mudanças negativas, dois jovens referem sentir maior afastamento em relação à família, o que suscita sentimentos negativos:

Afastamo-nos um bocado. Acho que afastou mais. [Como te sentes em relação a isso?] Sinto-me um bocado mal, mas sei que vai voltar ao normal. Afastamo-nos, quase não falo com eles. Porque o tempo aqui também não é muito para falar, senão falava com eles sempre. Tenho alguns irmãos em França e também não dá pra falar. (E5_ML_16)

Com a minha irmã. Estou mais afastado. Ela nunca me liga. [Como te sentes em relação a isso?] Sinto-me triste. Queria ter mais proximidade com ela. (E6_LM_15)

Também a descoberta do comportamento desviante pela família é referido por um dos jovens como uma mudança negativa:

Os meus familiares não sabiam a vida que eu tinha e agora já ficaram a saber. Se calhar agora não olham para mim da mesma maneira, não sei. [Como te sentes em relação a isso?] Oh, claro que não me sinto bem. Vou evitar se calhar a minha família que não sabia, ainda pensam que os vou roubar ou assim, não sei... não sei se pensam isso, nem se não. (E4_AG_17)

2.5.4. Consequências do internamento para o jovem e para a família

A maioria dos jovens faz um balanço positivo do internamento, conseguindo identificar aspetos positivos e negativos do mesmo para si e para a sua família. Apenas dois dos jovens consideram haver mais aspetos negativos no internamento, mas mesmo estes conseguiram identificar aspetos positivos do internamento.

Como *consequências positivas* os jovens identificam a valorização da família (e.g., “A distância faz dar mais valor à família”, E1_MP_17; “dou-lhe mais valor”, E4_AG_17), o crescimento pessoal e mudança do estilo de vida, considerando que o internamento,

Ajudou a crescer um bocado, a pensar de outra maneira, a viver outras realidades. (E2_MM_18)

Mudar a minha vida (E6_LM_15)

O facto de eu estar a estudar, alterar a minha maneira de pensar, alterar a forma como estava a levar a minha vida, acho que foi importante. (E7_MA_19)

Já sou mais crescido, já tenho outra forma de pensar, faço coisas que antes não fazia, mudei muito. (E8_PS_18)

Formação, estudos, maneira de pensar, maneira de agir. (E9_RR_17)

Mudei muito. A postura, o aspeto. Escuto mais as pessoas agora, respeito mais as pessoas. Mudei muito, mudei muito. Foi positivo. Fiquei um bocadinho revoltado, mas fiquei um bocadinho bonzinho. (E11_CM_17)

O internamento foi muito bom. Aspetos positivos como responsabilidade, visão do futuro, planos, melhoramentos [*sic*] a nível social, com as outras pessoas lá de fora, mas também com a minha família. (E12_DE_17)

Abriu-me um bocado os olhos e a ver certas cenas. A ver tudo: quem eram os meus amigos, ver as coisas doutra maneira, roubar aquilo e aquilo pra vir pra aqui. (E5_ML_16)

Dois jovens definem o internamento como sendo um mal necessário para evitar consequências mais graves (“É melhor do que estar lá fora e quem sabe um dia acontecer alguma coisa de grave”, E7_MA_19; “Se calhar a esta hora estava em cana se continuasse lá fora”, E4_AG_17).

Como *consequências negativas* do internamento os jovens apontam a distância física da família (“A única coisa negativa é estar longe da minha família”, E1_MP_17; “Negativo foi não poder acompanhar um ano e meio da vida deles”, E12_DE_17), a imagem negativa do jovem e da família na sociedade,

Agora vão-me perguntar “ah aonde é que estiveste?”, vou dizer que estive lá no centro educativo... ficamos sempre com aquilo na garganta, sempre, isso para mim é uma coisa importante. A minha mãe esforça-se para trabalhar, esforça-se por mim e pelos meus irmãos e agora ouvir por aí as pessoas a falar “aquela tem um filho que anda aí a roubar”, fica mal para a nossa família também. (E4_AG_17)

Referem, ainda, a perceção da medida aplicada como injusta (e.g., “Eu fiz umas coisinhas, podia ter feito uma coisa muito mais coisa e apanhava quase a mesma medida (...) se eu roubasse uma ourivesaria, como era menor, apanhava 3 anos no fechado, se fosse maior apanhava 9 anos na cadeia”, E5_ML_16), e ter ficado mais revoltado (“Ainda mudei um bocadinho, mas por outro lado fiquei mais revoltado. Acho que fiquei”, E11_CM_17).

2.6. Perspetivas e desejos para o futuro

2.6.1. Aspirações individuais

A nível individual, a maioria dos jovens pretendem continuar os *estudos* e/ou ingressar no mercado de *trabalho*, tendo até um dos jovens intenção de estudar no ensino superior (“Quero estudar direito”, E1_MP_17). Dois jovens, que têm filhos, referem que a prioridade é *sustentar a família*. Um dos jovens pretende *construir uma família*: “Quero ter um filho. Vou ter um filho mal saia. Os meus pais também me tiveram quando eram novos. Construir a minha família” (E5_ML_16). Um dos jovens refere a vontade de “Ser um cidadão normal como os outros, sem problemas com a polícia” (E9_RR_17). Três jovens manifestaram vontade em concretizar *sonhos*: “fazer a tropa especial” (E4_AG_17); “ser jogador de futebol” (E5_ML_16), (E11_CM_17).

2.6.2. Perspetivas de mudanças familiares

Procurou saber-se se os jovens consideram se a vida familiar será diferente ou igual quando saírem do centro educativo. A maioria dos jovens considera que a vida familiar será

diferente do que era antes do internamento (e.g., “Vai ser diferente. Vai ser mais ativa, mais...acho que vai ser melhor”, E2_MM_18). Os jovens realçam especialmente o cumprimento de regras, que perspetivam como a maior mudança:

Antes eu dava preocupações aos meus pais, noutras vezes ia e não dormia em casa, outras vezes ia depois do jantar e chegava no outro dia. Agora não quero não avisar. (E1_MP_17)

Já não vou fazer as mesmas coisas. Vou tentar cumprir regras. Vou dar votos de confiança. (E3_RP_16)

As regras agora já vou cumprir um bocado mais, mas tenho de fugir a umas ou outras. (E4_AG_17)

Vai mudar um bocado. Vou cumprir regras. Tenho mais cabeça. Vou cumprir regras. Até posso chegar 10 minutos atrasado a casa, mas... (E6_LM_15)

Vai ser diferente, ya [*sic*]. Vou tentar, já disse que ia tentar seguir regras, vou sair um homem daqui, quando era pequeno tinha hora, mas agora sou grande, tenho juízo. (E5_ML_16)

Um dos jovens revela conflitos com o progenitor e antecipa o seu comportamento perante as exigências do pai:

O meu pai já sei que me vai querer impor regras, mas não vai levar nada também. Discutir, porque me vai tentar tocar, mas eu não vou deixar. Nunca levantei as mãos aos meus pais, mas eu não vou deixar que me toque. (E5_ML_16)

É perspetivada maior responsabilidade e ajuda à família:

Agora já tou [*sic*] maior, pronto, já tou [*sic*] maior entre aspas...já tenho mais idade, já acompanho melhor as coisas, já posso ajudar a minha mãe e tudo, já... Ei, nem gosto de pensar em ir pra uma prisão e a minha mãe a ver-me lá. [E o teu pai?] Tudo o que ele precisar também vou ajudar. (E10_EC_17)

Um jovem considera que a família “vai ser mais próxima” (E9_RR_17). Outro revela vontade em voltar para a instituição e não para o seio familiar: “[Porquê?] Para me dar mais hipótese. A minha mãe já tem uma filha com ela, tá a ver, tem de cuidar dela, não quero que ela vá parar a uma instituição também.”, E12_DE_17). É referido ainda por um dos jovens perspetivas de mudanças relacionadas com fatores contextuais, como é o caso da perspetiva de saída do bairro (“Vou viver com a minha mulher, com a minha namorada fora do bairro”), e perspetiva de resistência à influência dos pares desviantes (“Vou manter os amigos de infância. [Eles têm problemas com a polícia?] O que é que acha? Sim, claro, todos. Não vou ser influenciado, sou forte, sei dizer não, eu dizia sim porque queria”, E5_ML_16).

Dois jovens não perspetivam mudanças familiares no futuro, sendo tal justificado por um dele por “somos família unida e damo-nos bem” (E7_MA_19).

2.6.3. Desejos de mudanças familiares e individuais

Para finalizar, foi perguntado aos jovens se gostavam que alguma coisa mudasse na sua atitude e da família quando saíssem do centro educativo. Os jovens fazem referência às

mudanças já efetuadas com o internamento e os aspetos que ainda poderão melhorar. De forma geral, reconhecem uma necessidade maior de mudança das suas atitudes e comportamentos individuais do que das atitudes e comportamentos da família.

Relativamente às mudanças efetuadas com o internamento, os jovens referem o crescimento pessoal por que passaram:

Já mudei muito, acho que estou diferente. (E2_MM_18)

Eu mudei muito, eu era um puto quando vim para aqui, mudei muito (...) Já tenho cabeça, a minha atitude mudou completamente, uma pessoa já tem mais postura, se eu fosse a mesma coisa isto não estava a fazer mesmo nada, uma pessoa aqui pensa (E5_ML_16)

Eu agora já estou maior, já sei mais quais as consequências, já percebo melhor as consequências, já tenho uma maneira de pensar diferente. A minha atitude é diferente. (E10_EC_17)

Na minha atitude, já mudou muito. Já mudou muito aqui dentro. Vou conseguir manter (...) já sou grande, de altura e de mentalidade. Mudei muito aqui dentro. (E11_CM_17)

Um dos jovens identifica mudanças familiares: “já gosto mais da minha mãe, da minha avó, que me dá muitos conselhos, do meu avô que é como se fosse meu pai” (E2_MM_18).

No que respeita às mudanças que ainda poderão efetuar, a nível individual os jovens esperam ter mais maturidade e autocontrolo:

É assim eu acho que quando sair vou ter uma perspetiva diferente, não vou fazer as coisas como fazia antes, não é?, mal será que eles tenham de ter mão em mim, que eu faça coisas que eles tenham de...eu é que tenho de ter mão em mim mesmo, quando eu sair daqui já sou maior de idade. (E1_MP_17)

Na minha atitude, ser mais maduro, tentar ajudar o mais possível. (E8_PS_18)

Esperam, ainda, mudar o comportamento, apesar da incerteza do futuro (e.g., “Não ir parar à esquadra, não fazer mais coisas. A minha intenção é não fazer, mas só depois na altura é que eu vou saber”, E3_RP_16), ter mais consciência da realidade (“A minha maneira de pensar às vezes das coisas...penso que às vezes a vida é muito fácil, mas quando chego lá fora é que vejo. As coisas estão muito difíceis lá fora”, E4_AG_17).

A nível familiar os jovens gostariam que houvesse *maior união* (“Mais união com a família em geral, tipo tios, tias, a minha mãe, o meu pai, primos”, E5_ML_16), *mais afetividade* (“Que se preocupassem mais comigo. É a única coisa. A minha mãe, a minha irmã, os meus outros irmãos também”, E6_LM_15), que houvessem *menos conflitos* (“Queria que não discutissem tanto, por exemplo a minha mãe e a minha avó (...) Dão um bocadinho de choque”, E12_DE_17) e que se empenhassem na *procura de atividade laboral* (“Gostava que muitos dos meus irmãos que não têm trabalho que procurassem um trabalho, que arranjassem um trabalho”, E8_PS_18).

3. Discussão e Conclusões

Diversas investigações têm demonstrado o interesse em estudar os comportamentos antissociais e delinquentes praticados por menores, nomeadamente em conhecer os fatores de risco associados a estes comportamentos. Este interesse deve-se ao facto de, ao conhecerem-se os fatores de risco e de proteção mais relevantes na vida de cada jovem, se possa intervir no sentido de prevenir e diminuir a prática dos comportamentos desviantes.

O presente estudo procurou compreender, através da perceção dos jovens que estão a cumprir uma MTE de internamento em CE, quais as características da organização, funcionamento e dinâmicas familiares, bem como o papel que a família desempenha na prática criminal dos jovens e ao longo do cumprimento da medida de internamento. Para tal foi utilizada a entrevista semiestruturada de forma a conhecer as formas de pensar, agir e sentir dos jovens.

Da análise de conteúdo efetuada foi possível perceber a existência de interligação das diversas categorias analisadas e que permitiram compreender os quadros de vida familiares destes jovens. Podemos afirmar que os significados emergentes dos discursos dos jovens acabaram por se revelar próximos das expectativas inicialmente formuladas e que vão de encontro ao que a revisão da literatura nos diz acerca desta temática. De seguida serão discutidos os resultados mais relevantes.

De uma forma geral, os discursos dos jovens reproduzem o discurso científico em torno dos fatores de risco para o comportamento delincente (e.g., Farrington, 2008), muitos sendo comuns em vários participantes: as condições socioeconómicas desfavorecidas, as dificuldades relacionais com um dos progenitores, as pobres práticas parentais, a criminalidade familiar, nomeadamente dos pais e irmãos, e a existência de problemas familiares relacionados com o consumo de substâncias (i.e., drogas e álcool).

As famílias da maioria dos jovens provém de meios socioeconómicos médios baixos, com ligações frágeis ao mercado de trabalho formal, onde exercem atividades laborais em área pouco qualificadas, estando presente o desemprego e algumas dificuldades económicas, tal indo de encontro às características identificadas por investigações relativamente a famílias de jovens com percursos delinquentes (e.g., Fischer, 1984; Glueck & Glueck, 1950).

Muitos dos participantes são originários de famílias pouco estruturadas e/ou monoparentais, algumas delas pautadas pela ocorrência de acontecimentos de vida marcantes causadores de alguma desestruturação que teve efeitos no seu desenvolvimento.

A separação dos pais, vivida por sete dos jovens e, em alguns casos, em idades precoces, é apontada não só nas questões relativas às mudanças ocorridas no contexto familiar, mas também como sendo um desencadeador dos problemas de comportamento, devido não só à liberdade sentida pela ausência de uma das figuras parentais, como também pela revolta suscitada por esse acontecimento. Tal vai de encontro aos estudos que relacionam as dissoluções ou alterações familiares com o comportamento delinquente (e.g., Vanassche et al., 2014; Wells & Rankin, 1991) nomeadamente por tal permitir a perda de capacidade de supervisão e controlo do comportamento dos filhos (Ferreira, 1997).

No processo de separação/divórcio existem outros fatores a ter em conta, nomeadamente a relação pais-filhos (Price & Kunz, 2003). A figura parental masculina foi apontada, na maioria dos casos, como estando menos presente na vida destes jovens, sendo com ela que existem mais relações conflituosas ou até mesmo ausência de relação, principalmente nos jovens que viviam apenas com a progenitora. A relação com a figura parental masculina é especialmente importante no desenvolvimento dos rapazes dado o processo de identificação com a figura masculina e, em processos de divórcio, estes parecem ter maiores dificuldades em superar a crise, apresentando problemas de externalização, como a irritabilidade (Wallerstein et al., 1980, cit. por Martins, 2010). Alguns jovens justificam mesmo o melhor relacionamento com a mãe do que com o pai por este estar pouco presente ou mesmo ausente. A ausência do progenitor foi ainda referida relativamente ao conhecimento e à reação à prática de crimes e durante o cumprimento da medida de internamento, em que o progenitor assumia uma atitude distante. Curiosamente a figura paterna era a que detinha a guarda da maioria das famílias monoparentais identificadas neste estudo, sendo que numa delas o papel da figura materna era desempenhado pela madrasta e não pela mãe, que se encontrava ausente na vida do jovem. Nalguns casos, a ausência de um dos progenitores (pai ou mãe) na vida dos jovens sugere a presença de estilos educativos negligente, em que a afetividade e o controlo são mínimos. A negligência parental é uma das condições identificadas por diversos estudos de ter um papel de influência dos comportamentos desviantes (Baumrind, 1991; Maccoby & Martin, 1983; Steinberg et al., 1994, cit. in Born, 2005; Chen et al., 2011; Loeber & Stouthamer-Loeber, 1986; Stevenson, 2007).

Ainda no que se refere a acontecimentos relevantes, importa referir a institucionalização anterior em lares de infância e juventude. Na recolha de dados dos processos individuais dos jovens foi possível perceber que nove dos jovens estiveram sinalizados por MPP, na qual se inclui o acolhimento institucional. Nas entrevistas, três

jovens referiram viver em lares de infância e juventude antes da entrada no centro educativo. A família, apesar de assumir um papel principal e insubstituível no processo de desenvolvimento das crianças e jovens, nem sempre reúne todas as condições emocionais, afetivas e materiais para garantir que este se faça da melhor forma (Rodrigues, 1997), o que leva ao afastamento dos descendentes da família de origem. Um dos jovens nesta situação aponta as práticas educativas permissivas da progenitora como causadoras deste seu afastamento da família, bem como o do irmão, e consequente institucionalização.

Nos estudos centrados na relação família-delinquência, as práticas educativas parentais ressaltam como uma das características familiares mais fortemente relacionada com estes comportamentos (e.g., Hoeve et al., 2009). Na perceção dos jovens relativamente ao comportamento educativo parental, é notório a presença de dois cenários: se por um lado os jovens revelavam nos seus contextos de origem uma postura de desobediência às regras, por outro lado os pais pareciam não assumir uma atitude ativa no estabelecimento de limites e de disciplina, bem como na supervisão e monitorização dos seus comportamentos. Em alguns casos esta atitude mais permissiva parece ser acompanhada de uma demissão progressiva das suas responsabilidades parentais, nomeadamente na atitude face aos comportamentos transgressivos dos descendentes (e.g., um jovem que diz que os pais se habituaram a ir buscá-lo à esquadra e, por isso, deixaram de reagir a isso). Tal vai de encontro à tendência das famílias com jovens delinquentes de exercerem práticas disciplinares menos restritivas e mais erráticas identificadas pelas investigações (e.g., Bandura & Walters, 1959; Sampson & Laub, 1993, 2005).

Os jovens apesar de revelarem a presença de afetividade nas relações com os progenitores (por vezes com apenas uma destas figuras), não deixam de reconhecer que em relação às práticas educativas estes não eram tão interventivos, identificando, muitas vezes, incongruência na parentalidade dos dois progenitores. Esta incongruência foi identificada pelos jovens em relação ao estabelecimento de regras e limites (e.g., na casa de um progenitor tinha regras, na outra fazia o que queria) e na monitorização do comportamento (e.g., um progenitor tentava saber aspetos da vida dos filhos e o outro não). Neste último aspeto, os pais não dão a atenção necessária a todos os aspetos da vida dos filhos (os jovens percecionam maior monitorização das atividades dos tempos livres, das saídas e do desempenho na escola, e menos dos amigos e dos gastos de dinheiro). Deste modo, tal como sugeriram Snyder e Patterson (1987) surge o risco de rejeição de pares normativos e associação com pares agressivos e antissociais. É, ainda, de salientar que nem todos os

progenitores mantinham comunicação entre si, o que dificulta a existência de práticas educativas consistentes e estáveis (Martins, 2010).

A mentira aos pais surge como um aspeto comum no discurso dos jovens, tendo como função esconder o próprio comportamento desviante e o dos amigos, os locais proibidos que frequentam e as atividades convencionais a que se escapam (e.g., escola). Investigações sugerem que a mentira o único meio dos jovens conseguirem fugir aos castigos ou deterem algum controlo na relação com os progenitores (Lewis, 1993; Wilson, Smith & Ross, 2003, cit. in Warr, 2007). Neste sentido compreende-se o porquê da maioria dos pais dos jovens terem tido conhecimento dos factos ilícitos praticados por estes apenas através das autoridades policiais e/ou judiciais (e.g., na primeira ida à esquadra ou quando receberam uma carta do tribunal).

Na relação da família com a prática criminal, a maioria dos jovens não considera que a família tenha contribuído para a prática dos comportamentos desviantes. A maioria refere a prática de crimes como uma opção pessoal, e em que eles é que tiveram o poder de decisão em transgredir ou não. Contudo, o divórcio (referido anteriormente) e a doença dos progenitores foram fatores apontados como tendo levado a maior liberdade de comportamento dos jovens e que facilitou a prática criminal e o consumo de drogas. Neste último caso, o jovem, proveniente de uma família sem grandes riscos associados, revela que os problemas de saúde dos pais (cancro da mãe e consequente depressão do pai) contribuíram para que eles deixassem de supervisionar o seu comportamento, o que o levou a iniciar o consumo de drogas. Isto, por sua vez, levou a que começasse a traficar para sustentar o vício, referindo que mesmo depois dos problemas de saúde estarem ultrapassados, os pais já não conseguiram controlar o seu comportamento. Este caso exemplifica a influência recíproca entre a parentalidade e o comportamento delinquente, sendo definida por Gault-Sherman (2012) como “uma rua de dois sentidos”: se por um lado existe um fator de risco familiar que facilita o envolvimento em comportamentos delinquentes, por outro lado o comportamento delinquente faz com que a práticas educativas fiquem afetadas.

Também os irmãos foram identificados como “companheiros de crime” exercendo influência nos comportamentos dos jovens. Investigações mostram que os irmãos, principalmente os mais velhos, servem como modelos, nomeadamente no que se refere à partilha do grupo de pares, nomeadamente de pares antissociais (e.g., Rende et al, 2005; Windle, 2000, cit. in Whiteman, Jensen & Maggs, 2014). Estes últimos e o bairro são percecionados por dois jovens como tendo tido influência no seu comportamento.

No que se refere à prática de crimes e ao cumprimento da medida de internamento, os jovens enfatizam os sentimentos negativos experienciados pelos pais, mas que, de forma geral, estes e os próprios jovens aceitaram a medida aplicada. A maioria percebe apoio familiar desde que está no CE, sendo esse apoio mais comum através de telefonemas e menos por contactos face a face. Os participantes neste estudo apontam a distância geográfica como justificação, bem como a possibilidade de efetuarem saídas de férias e aos fins-de-semana (no caso dos jovens em regime semiaberto e em fases mais avançadas do internamento) que os leva a não sentir a necessidade de receber visitas.

Em forma de balanço do impacto do internamento no jovem e na sua família, este é percebido, pela maioria, como tendo trazido mudanças e consequências positivas e negativas. Identificam melhorias no relacionamento com os seus familiares, nomeadamente maior proximidade e maior valorização, bem como o crescimento pessoal e mudança do estilo de vida. Negativamente dois jovens sentem maior afastamento das famílias e relatam, ainda, os constrangimentos provocados pela descoberta do comportamento desviante, demonstrando preocupação com a sua imagem e a da família na sociedade.

Numa análise prospetiva, o discurso dos jovens é um discurso de intenções mais do que um discurso de projetos (Neves, 2008). Intenções de continuar os estudos, de trabalhar, de não se envolverem mais em problemas com a polícia e de concretizar sonhos. Perspetivam mudanças no contexto familiar, destacando-se, mais uma vez, a intenção de cumprirem regras, de serem mais responsáveis e de ajudarem a família. Contudo, foi possível notar que a sombra da incerteza paira sobre estas intenções, pois, apesar dos jovens reconhecerem que já efetuaram mudanças (e.g., crescimento pessoal), identificam mudanças ainda a ser efetuadas, tanto a nível individual (e.g., mais maturidade e autocontrolo) como a nível familiar (e.g., mais união, afetividade e menos conflitos). Deste modo é reconhecida a possibilidade da mudança uma vez terminado o tempo de internamento, embora manifestem algumas incertezas e receios, nomeadamente no que à reincidência diz respeito (Manso & Almeida, 2010). Estas incertezas e receios são compreensíveis na medida que, terminado o internamento, o CE e o sistema judicial deixam de ter responsabilidade sobre o jovem (quando não existem medidas tutelares pendentes) que assim passa abruptamente de uma vigilância e enquadramento permanentes na instituição para o seu meio exterior, frequentemente desestruturado (Neves, 2008). Assim, as mudanças conseguidas com o internamento podem ser colocadas em causa por o meio não estar preparado para receber o jovem de uma forma que permita a continuação do percurso em direção ao comportamento

normativo retomado dentro do CE. As famílias ao manterem o seu funcionamento habitual não atuam como facilitadoras da mudança (Santos et al., 2004).

Para concluir a apresentação do estudo realizado importa referir as limitações e as propostas para futuras investigações deste tema. Primeiramente é de referir que o estudo centrou-se apenas em jovens do sexo masculino. A falta de dados relativamente ao sexo feminino deve-se à dificuldade em recolher dados nos CE junto desta população, pois nem todos acolhem raparigas, como é o caso do contexto de recolha deste estudo. Em investigações futuras seria interessante acrescentar as perceções em relação à família das raparigas internadas, de modo a identificar semelhanças e diferenças com os rapazes.

Outra limitação prende-se com a unidirecionalidade do estudo, ou seja, apenas são conhecidas as perceções dos jovens acerca da família e não se conhecem as perceções dos familiares, principalmente dos progenitores, em relação às dinâmicas familiares e ao próprio comportamento transgressivo dos seus descendentes. Esta limitação justifica-se pelo facto de ser muito difícil aceder aos progenitores dos jovens que cumprem medidas tutelares, tal devendo-se à organização da própria rotina do CE (em que os pais assumem uma presença física de tempo limitado apenas aos fins-de-semana) ou por muitos dos jovens serem de outras zonas do país e que impossibilita que os seus familiares efetuem visitas regularmente, ou até mesmo pela falta de envolvimento de alguns progenitores ao longo do cumprimento da medida de internamento. Contudo, uma vez que as investigações sugerem um efeito bidirecional entre a parentalidade e a delinquência seria importante incluir os progenitores dos jovens em estudos futuros.

Por fim, como limitação pode ainda ser apontada a familiarização com a investigadora (advinda do estágio realizado na instituição), a qual poderá ter levado os participantes a omitirem certas informações por considerarem que estas já seriam conhecidas pela investigadora.

Para finalizar, este estudo pretende chamar a atenção para a necessidade das mudanças a serem efetuadas para que as medidas tutelares educativas tenham um efeito positivo a longo prazo na vida destes jovens. Apesar de ser difícil mudar alguns fatores de risco (e.g., condições socioeconómicas), os programas de intervenção destinados às famílias podem concentrar-se nos fatores de proteção para amenizar os riscos (Shade, 2004). Alguns fatores de risco como as práticas parentais ineficazes são suscetíveis a mudanças acessíveis através de programas que ensinam competências parentais e fornecem serviços de apoio familiar.

Referências Bibliográficas

- Ainsworth, M. (1989). Attachments beyond infancy. *American Psychologist*, 44, pp.709-716.
- Bandura, A., & Walters, R.H. (1959). *Adolescent Aggression*. New York: Ronald Press.
- Bardin, L. (2011). *Análise de Conteúdo*. Lisboa: Edições 70 (Original publicado em 1977).
- Baumrind, D. (1966). Effects of authoritative parental control on child behavior. *Child Development*, 37 (4), pp.887-907.
- Born, M. (2005). *Psicologia da Delinquência*. Lisboa: Climepsi.
- Bowlby, J. (1982/1969). *Attachment and Loss. Vol. 1: Attachment* (2nd Ed.). New York: Basic Books (Original published in 1969).
- Brauer, J.R. (2011). *Autonomy-supportive parenting and adolescent delinquency*. Ph.D. Thesis, North Carolina State University, United States of America.
- Buehler, C. (2006). Parents and peers in relation to early adolescent problem behavior. *Journal of Marriage and Family*, 68, pp.109–124.
- Carlson, A. (2012). How parents influence deviant behavior among adolescents: An analysis of their family life, their community, and their peers. In K. Clark, Z. Field, S. Story, & M. Underwood (Eds.), *Perspectives: University of New Hampshire University of New Hampshire's Undergraduate Sociology Journal* (pp.42-51).
- Carrilho, L. (2000). *Influências familiares no desenvolvimento de trajetórias desviantes em adolescentes institucionalizados*. Tese de Doutoramento em Psicologia. Universidade do Porto: Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação, Porto, Portugal.
- Carvalho, M. (2005). Jovens, espaços, trajetórias e delinquências. *Sociologia, Problemas e práticas*, 49, pp.71-93.
- Chen, W., Propp, J., deLara, E., & Corvo, K. (2011). Child neglect and its association with subsequent juvenile drug and alcohol offense. *Child Adolesc Soc Work J*, 28, pp. 273–290.

- Chitas, V. (2010). *Consumo de drogas e outros comportamentos de risco na adolescência: factores de risco e factores de protecção*. Tese de Doutoramento em Psicologia, ICBAS-UP, Porto, Portugal.
- Coleman, J., & Hagell, A. (2007). The nature of risk and resilience in adolescence. In Coleman, J. & Hagell, A. (Eds.), *Adolescence, risk and resilience: against the odds*. England: John Wiley & Sons.
- Comissão de Acompanhamento e Fiscalização dos Centros Educativos (2012). *Relatório de 2012*.
- Criss, M.M., Shaw, D.S., Moilanen, K.L., Hitchings, J.E., & Ingoldsby, E.M. (2009). Family, neighborhood and peer characteristics as predictor of child adjustment: A longitudinal analysis of additive and mediation models. *Social Development*, 18 (3), pp. 511-535
- Cruz, O. (2013). *Parentalidade*. Porto: Livpsic
- Cruz, O., Raposo, J.V., Ducharne, M.A.B., Almeida, L.S., Teixeira, C.M., & Fernandes, H.M. (2011). Questionário de Estilos Educativos Parentais (QEEP): Contributos para a validação factorial da versão portuguesa das Parenting Scales. *RIDEP*, 31 (1), pp. 157-176
- Duarte, V. (2011). *Os caminhos de Alice do outro lado do espelho: Discursos e percursos na delinquência juvenil feminina*. Tese de Doutoramento em Sociologia, Especialidade de Sociologia e Metodologia Fundamentais, Universidade do Minho, Portugal.
- Duarte-Fonseca, A.C. (2006). Responsabilização dos menores pela prática de factos qualificados como crimes: políticas actuais. In A. Fonseca, M. R. Simões, M. Simões e M. Pinho (Eds.), *Psicologia Forense*. Coimbra: Edições Almedina.
- Ducharne, M. A., Cruz, O., Marinho, S., & Grande, C. (2006). Questionário de Estilos Educativos Parentais (QEEP). *Psicologia e Educação*, 5 (1), pp. 63-75

- Farrington, D. P. (1995). The development of offending and antisocial behavior from childhood: key findings from the Cambridge Study in delinquent development. *Journal of Child Psychology and Psychiatry*, 36(0), pp. 929-964.
- Farrington, D.P. (2008). Prevenção da delinquência e do comportamento anti-social. In A. Matos; C. Vieira; S. Nogueira; J. Boavida & L. Alcoforado (Eds.). *A Maldade Humana: Fatalidade ou Educação?* (pp. 337-358). Coimbra: Almedina.
- Ferreira, P. M. (1997). «Delinquência juvenil», a família e escola. *Análise Social*, 32 (143), pp. 913-924.
- Fischer, D.G. (1984). Family size and delinquency. *Perceptual and Motor Skills*, 58 (2), pp. 527-534. doi: 10.2466/pms.1984.58.2.527.
- Fonseca, A.C., & Queiroz, E. (2008). Maldades da Juventude: Dados de um estudo português. In A. Matos, C. Vieira, S. Nogueira, J. Boavida, L. Alcoforado (Eds.), *A Maldade Humana – Fatalidade ou Educação?* Coimbra: Almedina.
- Gault-Sherman, M. (2012). It's a two-way street: the bidirectional relationship between parenting and delinquency. *J Youth Adolescence*, 41, pp. 121–145.
- Glueck, S., & Glueck, E. T. (1950). *Unraveling juvenile delinquency*. Cambridge, Mass.: Harvard University Press.
- Gottfredson, M., & Hirschi, T. (1990). *A general theory of crime*. Stanford: Stanford University Press.
- Hirschi, T. (1969). *Causes of delinquency*. Berkeley: University of California Press.
- Hoeve, M., Dubas, J.S., Eichelsheim, V.I., van der Laan, P.H., Smeenk, W., & Gerris, J.R.M. (2009). The relationship between parenting and delinquency: A meta-analysis. *J Abnorm Child Psychol*, 37, pp. 749–775.
- Hoeve, M, Stams, G.J.J.M, van der Put, C.E., Dubas, J.S., van der Laan, P.H., & Gerris, J.R.M (2012). A meta-analysis of attachment to parents and delinquency. *J Abnorm Child Psychol*, 40, pp. 771–785.

- Jang, S.J., & Smith, C.A. (1997). A test of reciprocal causal relationships among parental supervision, affective ties and delinquency. *Journal of Research in Crime and Delinquency*, 34 (3), pp. 307-336.
- Keijsers, L., Branje, S.J.T., VanderValk, I.E., & Meeus, W. (2010). Reciprocal effects between parental solicitation, parental control, adolescent disclosure, and adolescent delinquency. *Journal of Research on Adolescence*, 20 (1), pp. 88-113.
- Kerr, M., & Stattin, H. (2000). What parents know, how they know it, and several forms of adolescent adjustment: Further support for a reinterpretation of monitoring. *Developmental Psychology*, 36, pp. 366-380.
- Krohn, M.D., Stern, S.B., Thornberry, T.P., & Jang, S.J. (1992). The measurement of family process variables: The effect of adolescent and parent perceptions of family life on delinquent behavior. *Journal of Quantitative Criminology*, 8 (3), pp. 287-315.
- Laursen, B., & Collins, A. (2009). Parent-Child Relationships During Adolescence. In R. M. Lerner & L. Steinberg (Eds). *Handbook of Adolescent Psychology (3rd Ed.)*, Volume 2: *Contextual Influences on Adolescent Development*. New Jersey: John Wiley & Sons.
- Lei Tutelar Educativa (1999). *Diário da República, 1ª Série A* – Nº 215 – 9 Setembro de 1999 – lei nº166/99 de 14 de Setembro (LTE).
- Loeber, R., & Farrington, D.P. (1998). Never too early, never too late: Risk factors and successful interventions for serious violent juvenile offenders. *Studies on Crime and Crime Prevention*, 7, pp. 7-30.
- Loeber, R., & Stouthamer-Loeber, M. (1986). Family factors as correlates and predictors of juvenile conduct problems and delinquency. In N. Morris & M. Tonry (Eds.), *Crime and justice* (pp. 29-149). Chicago: University Press.
- Lourenço, N. (2010). Cidades e sentimento de insegurança: violência urbana ou insegurança urbana? In E. A. P. Júnior, J. F. Silva e J. Maron (Eds.), *Um Toque de Qualidade. Eficiência e Qualidade na Gestão da Defesa Social*. Belo Horizonte: Secretaria de Estado da Defesa Social.

- Machado, T.S. (2004). Vinculação e comportamentos anti-sociais. In A.C. Fonseca (Ed.), *Comportamento anti-social e crime: da infância à idade adulta* (pp. 291-321). Coimbra: Almedina.
- Manso, A., & Almeida, A.T. (2009). Um discurso a duas vozes: potencialidades de um estudo interpretativo sobre a lei e institucionalização. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 22 (3), pp. 455-465.
- Manso, A., & Almeida, A. T. (2010). «... E depois o que é que querem que faça?» Educar para o Direito: Pontes de ligação do centro educativo à comunidade. *Educação, Sociedade & Culturas*, 30, 23-40.
- Martins, A. I. R. (2010). *Impacto do divórcio parental no comportamento dos filhos. Factores que contribuem para uma melhor adaptação. Implicações médico-legais*. Tese de Mestrado em Medicina Legal, ICBAS-UP, Porto, Portugal.
- Midgley, E.K., & Lo, C.C. (2013). The role of a parent's incarceration in the emotional health and problem behaviors of at-risk adolescents. *Journal of Child & Adolescent Substance Abuse*, 22, pp. 85-103.
- Moore, J., & Kang, Y. (2011). Parenting style and adolescent's school performance in Mainland China. *US-China Education Review*, 1, pp.132-137.
- Negreiros, J. (2001). *Delinquências Juvenis*. Lisboa: Editorial Notícias.
- Neves, T. (2008). *Entre Educativo e Penitenciário: Etnografia de um centro de internamento de menores delinquentes*. Porto: Edições Afrontamento.
- Nijhof, K.S., Kemp, R.A.T., & Engels, R.C.M.E. (2009). Frequency and seriousness of parental offending and their impact on juvenile offending. *Journal of Adolescence*, 32, pp. 893-908.
- O'Brien, C. & Scott, J. (2007). The role of the family. In J. Coleman & A. Hagell (Eds.), *Adolescence, risk and resilience: against the odds*. England: John Wiley & Sons.
- Papalia, D. E., Olds, S. W., & Feldman, R. D. (2001). *O Mundo da Criança*. Lisboa: McGraw-Hill.

- Patterson, G. R., & Stouthamer-Loeber, M. (1984). The correlation of family management practices and delinquency. *Child Development*, 55 (4), pp. 1299-1307. doi:10.1111/1467-8624.ep7302952.
- Price, C., & Kunz, J. (2003). Rethinking the paradigm of juvenile delinquency as related to divorce. *Journal of Divorce & Remarriage*, 39, pp. 109-133.
- Relvas, A.P. (1996). *O ciclo vital da família: perspectiva sistémica*. Porto: Edições Afrontamento.
- Rodrigues, E. A. (1997). Menores em risco: que família de origem? In M.R. Carneiro, (Org.) *Crianças de risco* (pp.540-664). Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.
- Rodrigues, A.M., & Duarte-Fonseca, A.C. (2000). *Comentário da lei tutelar educativa*. Coimbra: Coimbra Editora.
- Sampson, R.J., & Laub, J. H. (1993). *Crime in the making. Pathways and Turning points through the life course*. Cambridge: Harvard University Press.
- Sampson, R. J., & Laub, J. H. (2005). A life-course view of the development of crime. *Annals of The American Academy of Political And Social Science*, 602, pp. 12-45.
- Sampaio, M. & Gameiro, J. (1985). *Terapia Familiar*. Lisboa: Afrontamento.
- Sampaio, M. (2010). *O outro Lado da Vida, Delinquência Juvenil e Justiça*. Dissertação de Mestrado em Ciências do Serviço Social. Universidade do Porto: Instituto de Ciências Biomédicas Abel Salazar.
- Santos, B.S., Gomes, C., Trincão, C., Almeida, J., Duarte, M., Fernando, P,... & Lopes, T. (2004). *Os caminhos difíceis da “Nova” Justiça Tutelar Educativa. Uma avaliação de dois anos de aplicação da Lei Tutelar Educativa*. Coimbra: Centro de Estudos Sociais/Observatório Permanente da Justiça Portuguesa.

- Santos, B.S., Gomes, C., Fernando, P., Portugal S., Soares, Trincão, C.,... & Reis, J. (2010). *Entre a lei e a prática - Subsídios para uma reforma da Lei Tutelar Educativa*. Coimbra: Centro de Estudos Sociais/Observatório Permanente da Justiça.
- Shader, M. (2004). *Risk Factors for Delinquency: An Overview*. United States: U.S. Department of Justice, Office of Juvenile Justice and Delinquency Prevention.
- Snyder, J., and Patterson, G. (1987). Family interaction and delinquent behavior. In H. C. Quay (Ed.), *Handbook of Juvenile Delinquency* (pp. 216-243). New York: John Wiley & Sons.
- Spohn, R.E., & Kurtz, D.L. (2011). Family structure as a social context for family conflict: Unjust strain and serious delinquency. *Criminal Justice Review*, 36, pp. 332-356.
- Stevenson, O. (2007). *Neglected childrens and their families*. UK: Blackwell Publishing.
- Thornberry, T.P. & Krohn, M.D. (2004). O desenvolvimento da delinquência: uma perspectiva interacionista. In A.C.Fonseca (Ed.), *Comportamento anti-social e crime: da infância à idade adulta* (pp. 133-160). Coimbra: Almedina.
- Vanassche, S., Sodermans, A., Matthijs, K., & Swicegood, G. (2014). The effects of family type, family relationship and parental role models on delinquency and alcohol use among flemish adolescents. *Journal of Child and Family Studies*, 23 (1), pp. 128-143.
- Warr, M. (2007). The tangled web: Delinquency, deception and parental attachment. *Journal of Youth Adolescence*, 36, pp. 607-622.
- Wells, L. E., & Rankin, J. H. (1991). Families and delinquency: A meta-analysis of the impact of broken homes. *Social Problems*, 38, pp. 71-89.
- Whiteman, S. D., Jensen, A. C., & Maggs, J. L. (2014). Similarities and differences in adolescent siblings' alcohol-related attitudes, use, and delinquency: Evidence for convergente and divergente influence processes. *J Youth Adolescence*, 43, pp. 687-697.

Anexos

Anexo 1: Instrumentos de recolha de dados:

I. Dados do jovem

1. Nome: _____

2. Idade: _____

3. Data de Nascimento: ____/____/____

4. Medida de Internamento Atual:

4.1. Duração: _____ **Início:** _____ **Fim:** _____

4.2. Regime de execução: _____

4.2. Factos ilícitos que motivaram a intervenção:

5. Processos Tutelares Educativos Anteriores:

Sim ☐

Não ☐

5.1. Em caso de resposta positiva, indicar:

Medida(s) educativa(s) aplicada(s):

6. Processos Tutelares Educativos Pendentes:

Sim ☐

Não ☐

6.1. Em caso de resposta positiva, indicar:

Medida(s) educativa(s) aplicada(s):

7. Sinalização (Medidas de Promoção e Proteção – CPCJ/ISSS/Outras)

Sim ☐

Não ☐

7.1. Em caso de resposta positiva, indicar:

Medida(s) aplicada(s):

II. Entrevista

1. Organização e dinâmicas familiares

- Com quem vivias antes de vires para o Centro Educativo? Sempre viveste assim?
- Como é a tua relação com o teu pai/mãe (ou equivalentes)?
- Como é a relação entre os teus pais (ou equivalentes)?
- Tens irmãos/irmãs? Que idades têm? Como é a tua relação com eles?
- O teu pai/mãe trabalham? O que é que fazem? Achas que o dinheiro que ganham é suficiente?
- Em relação a regras, existiam muitas regras em tua casa? Que tipo de regras existiam?
- O que pensas dessas regras?
- Os teus pais faziam-te cumprir essas regras? Havia castigos se não as cumprisses?
- O teu pai/mãe (ou equivalentes) tentavam saber (em caso afirmativo, questionar se os jovens respondiam com a verdade):
 - Quem eram os teus amigos?
 - Onde ias quando saías?
 - O que fazias nos teus tempos livres?
 - Como gastavas o dinheiro?
 - Como estava o desempenho na escola?
- Quando existem problemas na tua família como é que estes são resolvidos? Concordas com essa forma? O que farias de diferente?
- Achas que a forma como a tua família organizava a tua educação contribuiu para praticar esses crimes?
- Os teus pais tinham conhecimento que andavas a fazer o que não devias ou só descobriram quando foste apanhado pela polícia?
- Qual foi a reação deles?
- Tens familiares que já tiveram problemas com a justiça?
- Tens familiares com doenças graves e/ou com histórico de dependências?

2. Relação Família-Internamento

- O que acharam os teus pais de vires para aqui? Acharam justo?
- E tu? Concordas com a opinião deles? O que achaste de vires para aqui?
- Tens tido contacto com a tua família? De que forma (telefonemas, visitas)? Com quem tens mais contactos?
- Notas alguma diferença na tua relação com alguns dos teus familiares desde que estás no centro? Como te sentes em relação a isso?
- Achas que o internamento teve mais consequências negativas ou positivas para ti e para a tua família? Porquê?

3. Planos e perspectivas para o futuro

- O que queres que aconteça contigo quando saíres daqui?
- Achas que a tua vida familiar será diferente? Ou achas que será tudo igual?
- Gostavas que alguma coisa mudasse na atitude da tua família quando saíesses do centro? E na tua atitude? O quê e porquê?

Anexo 2: Tabela com categorias e subcategorias

Tabela 1. Organização Familiar

Categoria	Subcategorias	
Estrutura familiar	Biparental	
	Alargada/Biparental	
	Monoparental	Pai
		Mãe
	Alargada	
	Instituição	
Transições familiares	Separação dos pais	
	Instabilidade estrutural	
Situação socioeconómica/laboral	Trabalho pouco qualificados	
	Desemprego de um dos progenitores	
	Desconhecimento da situação laboral do pai	
	Reforma/Invalidez	
	Dificuldades económicas	

Tabela 2. Relacionamento Afetivo

Categoria	Subcategoria	
Relacionamento afetivo com os pais	Positivo com ambos, sem distinções	
	Positivos com ambos, melhor com a mãe	
	Positivos com ambos, melhor com o pai	
	Sem relação com o pai	
	Relação modificada com o internamento	
Relacionamento afetivo com os irmãos	Positivo	
Relacionamento afetivo entre os pais	Pais separados	Sem comunicação
		Pouca comunicação
		Comunicação
	Pais juntos	Positiva

Tabela 3. Práticas Educativas Familiares

Categoria	Subcategoria	
Existência de regras e limites	Comportamento de desobediência às regras	
	Permissividade parental/autonomia precoce	
	Escola como contexto inicial dos problemas em idade precoce	
	Incongruência entre os progenitores	
Perceção da utilidade das regras	Positivas	
	Negativas	
	Posição neutra	
Atitude dos pais no cumprimento de regras	Permissividade parental	
	Punição do comportamento desviante	
	Tentativas de controlo, sem resultado	
	Não-aceitação de controlo por parte de outras pessoas da família	
	Ausência de castigos	
Supervisão Monitorização:		
Amigos	Pais tentavam saber	Mentira/omissão
	Pais não tentavam saber	
	Pais criticam os amigos/fazem avisos	
Saber onde ia quando saía	Pais tentavam saber	Mentira/Omissão
	Pais não tentavam saber	
Atividades no tempo livre	Pais tentavam saber	Mentira/Omissão
	Pais não tentavam saber	
Gasto do dinheiro	Pais tentavam saber	Mentira/Omissão
	Pais não tentavam saber	
Desempenho na escola	Pais tentavam saber	Mentira/Omissão
		Verdade porque não tinham como mentir
		Inventar desculpas
		Pais com conhecimento do absentismo do jovem
	Pais não tentavam saber	
	Críticas do pai	
	Abandono escolar	
	Absentismo escolar	
Resolução de problemas familiares	Melhor forma de resolução	
	Problemas existentes na família (consumo de substâncias e reclusão do pai)	
	Menor aceitação pela forma como o pai tenta resolver as discussões	

Tabela 4. Crime e Família

Categoria		Subcategoria	
Contribuição da família para o comportamento desviante		Família sem relação com a prática criminal	
		Responsabilidade própria	
		Fatores familiares que influenciaram	Divórcio dos pais
			Doença oncológica da mãe/Depressão do pai
		Fatores do meio	Bairro
Associação a pares desviantes			
Crimes dos jovens	Conhecimento	Pais descobriram através das autoridades	
		Jovem contou aos pais antes das autoridades	
		Idas frequentes à esquadra	
		Desconfiança dos pais – mentir para esconder o comportamento desviante	
	Reação	Sentimentos experienciados pelos pais	
		Desvalorização por parte dos pais do comportamento desviante	
		Conflitos com os progenitores	
		Ausência de um dos progenitores	
		Tentativas dos progenitores de mudar o jovem	
Criminalidade familiar		Sim	Incluindo família nuclear
			Apenas família alargada
		Não	
		Consequências	Balanço positivo da prisão do pai, apesar de ter custado ao jovem
			Família como influência no comportamento desviante
Doenças e dependências		Doenças graves	
		Dependências	Alcoolismo
			Drogas
			Visão positiva do consumo

Tabela 5. O Internamento

Categoria	Subcategoria		
Reações ao internamento	Pais	Justo	Punição pelo comportamento desviante
			Evitar a prisão
			Sentimento de tristeza, mas reconhecimento da necessidade do internamento
			Reconhecimento dos benefícios individuais
		Injusto	Descontentamento com as autoridades
			Não querer ver o filho na prisão
	Jovens	Justo	Punição pelo comportamento desviante
			Evitar a prisão
			Reação negativa inicial, mas aceitação e reconhecimento dos benefícios
		Injusto	Descontentamento com as autoridades
			Crítica à medida
			Desvalorização do efeito do internamento
Apoio familiar durante o internamento	Regularidade de contactos (telefonemas/visitas)		
	Ausência dos progenitores		
	Mudanças relacionais com os progenitores		
Mudanças no relacionamento com a família durante o internamento	Aspetos positivos	Mais proximidade, maior valorização	
		Melhoria das relações	
	Aspetos negativos	Maior afastamento	
		Comportamento desviante descoberto pela família	
Consequências do internamento para o jovem e para a família	Consequências positivas	Valorização da família	
		Crescimento pessoal e mudança do estilo de vida	
		Internamento como mal necessário para evitar consequências mais graves	
	Consequências negativas	Distância física da família	
		Imagem negativa do jovem e da família na sociedade	
		Perceção da medida aplicada como injusta	
		Mais revolta	

Tabela 6. Perspetivas e desejos para o futuro

Categoria	Subcategoria		
Aspirações individuais	Continuar os estudos e ingressar no mercado de trabalho		
	Sustentar a família		
	Construir uma família		
	Não ter problemas com a polícia		
	Concretizar sonhos		
Perspetivas de mudanças familiares	Mudanças familiares	Cumprimento de regras	
		Não permitir a autoridade punitiva do pai	
		Maior responsabilidade individual e ajuda à família	
		Maior proximidade familiar	
		Desejo de voltar para uma instituição	
	Outras mudanças	Resistência à influência dos pares desviantes	
		Sair do bairro	
Desejo de mudanças individuais e familiares	Mudanças efetuadas	Crescimento pessoal	
		Mudanças relacionais	
	Mudanças a efetuar	Individuais	Mais maturidade e autocontrolo
			Mudança do comportamento, incerteza da reincidência
			Mais consciência da realidade
		Famíliares	Mais união
			Mais afetividade
			Menos conflitos
			Empenho na procura de atividade laboral

Anexo 3: Termo de Consentimento Informado

TERMO DE CONSENTIMENTO INFORMADO

Tema do estudo: Papel da Família na Delinquência Juvenil

Investigadora: Andreia Nunes

Instituição: Universidade do Porto, Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação

Objetivo do estudo: Conhecer as formas de pensar, agir e sentir dos jovens a cumprir medida tutelar educativa de internamento em centro educativo no que se refere às suas relações familiares;

Procedimentos: A participação neste estudo consistirá na resposta oral a um conjunto de perguntas sobre a tua vida. A entrevista será gravada (áudio) e terá a duração média de 30 minutos;

Sigilo: As informações fornecidas são totalmente confidenciais e de conhecimento apenas da investigadora. Os participantes do estudo nunca serão identificados, mesmo quando os resultados forem divulgados, e os dados não serão utilizados para outros fins que não a presente tese de mestrado.

No âmbito do estudo acima mencionado, integrado no meu projeto de Mestrado Integrado em Psicologia, na área de Psicologia do Comportamento Desviante e da Justiça, da Universidade do Porto, sob a orientação do Prof. Doutor Jorge Negreiros, é pedida a tua colaboração para participar no referido estudo, através de uma entrevista.

Após ter sido devidamente informado de todos os aspetos deste estudo e ter esclarecido as minhas dúvidas, concordo em participar neste estudo.

Porto, ____ de _____ de 2014

Participante

Responsável Legal ¹

Investigadora

(Andreia Nunes)

¹ No caso de não ser possível obter autorização dos pais, representante legal ou quem detenha a guarda de facto do jovem, deverá ser assinado pelo responsável no Centro Educativo; em caso de ter idade igual ou superior a 18 anos não é necessária a autorização dos pais.